

ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	180358-ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL	LICIA GIULIANA RINALDI	07/05/2026 15:34 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	28/2026	058.00125567/2024-71

1. Do objeto

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026.

CONTRATANTE (UASG) – 180358 - 5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - DECAP

OBJETO - Prestação dos serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária

VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO - R\$ 2.074.351,10 (dois milhões, setenta e quatro mil trezentos e cinquenta e um reais e dez centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA - Dia **26/05/2026** às **10h:00** (Horário de Brasília)

Critério de Julgamento - Menor Preço

Modo de disputa - Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS - SIM

Processo Administrativo nº058.00125567/2024-71

Torna-se público que o(a) **Estado de São Paulo**, por meio do(a) **Secretaria de Segurança Pública** e intermédio da **5ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP - Seção de Material e Patrimônio - U.A.S.G. 180358**, sediado(a) **Av. Celso Garcia nº 2875 - 2º andar, Belém – São Paulo / SP – CEP 03063-000** realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação dos serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, com disponibilização e administração dos pátios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1.1. Será necessária uma área fechada, coberta e edificada em alvenaria, dotada de sistema de trancamento seguro, destinada ao armazenamento de motores, caixas de câmbio e demais peças eventualmente apreendidas, com vinculação individualizada por registro.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1. e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006..

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor mensal e total estimado do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (Um por cento) sobre o valor mensal**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, *em subdivisão do item 3.5*.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no §2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 255, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas "b" e "c", do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz .

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados **pelo meio eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br> e/ou e-mail : uge.sec05@policiacivil.sp.gov.br**

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 1% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita no subitem 12.1.2, a multa será de 0,5% a 10 % do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos subitens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no subitem 12.1.7, a multa será de 0,5 % a 10.% do valor do Contrato;

(8) Para a infração descrita no subitem 12.1.1, a multa será de 0,5.% a 10 % do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo e-mail: uge.sec05@policiacivil.sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema compras.sp.gov.br**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1 Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2 Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3 Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4 Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5 Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1 a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado **fisicamente ou** com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no **sítio eletrônico compras.sp.gov.br**.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. ANEXO I.1 - Estudo Técnico Preliminar;

14.15.1.1. ANEXO I.2 - Auto de Vistoria Para Entrada do Veículo no Pátio;

14.15.1.1. ANEXO I.3 - Modelo de Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso;

14.15.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO III - Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.3.4. ANEXO III.1 – Planilha de Composição de Custos;

14.15.4. ANEXO IV - Modelo(s) de Declaração(ões);

14.15.5. ANEXO V - Avaliação de Execução de Serviços;

14.15.6. ANEXO VI - Planilha Orçamentária.

São Paulo, na data da assinatura digital.

JOSÉ APARECIDO SANCHES SEVERO

Delegado Seccional de Polícia

Ordenador de Despesa

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LICIA GIULIANA RINALDI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 15:34:44.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR180358_000002_2026.pdf (194.72 KB)
- Anexo II - ETP COM ANEXOS.pdf (1.46 MB)
- Anexo III - ANEXO I.2.pdf (985.99 KB)
- Anexo IV - ANEXO I.3 - Confialid, sigilo e uso.pdf (91.06 KB)
- Anexo V - CONTRATO180358_000003_2026.pdf (163.96 KB)
- Anexo VI - ANEXO III - Planilha de Propostas.pdf (103.04 KB)
- Anexo VII - ANEXO III.1 - Planilha de Composicao de Precos.pdf (101.89 KB)
- Anexo VIII - ANEXO IV - MODELO(S) DE DECLARACAO(OES).pdf (107.51 KB)
- Anexo IX - ANEXO V.pdf (862.33 KB)
- Anexo X - Planilha_orcamentaria_atualizada_valor_do_compras_e_terceirizados_6_de_maioassinado.pdf (438.35 KB)

ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	180358-ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL	CARLA ELYDIANNE DE UNGARO SILVA	06/05/2026 14:30 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	28/2026	058.00125567/2024-71

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

5ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP

(Processo Administrativo nº058.00125567/2024-71)

1.1. Contratação de serviços **de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito da 5ª Delegacia Seccional de Polícia**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

NÚMERO DE VEÍCULOS E ÁREA								
Tipo de veículo	Passivo Delegacias (1)	Passivo Pátio NL (2)	Apreensões futuras - 30 meses (3)	Veículos a serem retirados - 30 meses (3)	Veículos a serem leiloados - 30 meses (3)	Capacidade total estimada	Área das vagas - m² (4)	Área total - m²
Motociclo	46	397	229	51	18	603	2,00	1.206,00
Veículos leves	657	568	1.046	478	53	1.740	9,90	17.226,00
Veículos pesados	1	13	12	8	3	15	24,80	372,00
Total de veículos	704	978	1.287	537	74	2.358		18.804,00
10% Da área total - Estrutura para execução dos serviços (área de manobras, local para perícia, vistoria, realização de leilão, espaço para compactação dos veículos leiloados).								1.880,40
ÁREA TOTAL + 10%								20.684,40

OSERVAÇÕES
(1) Dados obtidos junto às unidades subordinadas
(2) Passivo referente ao Pátio Trevo acrescido das remoções realizadas pelo Pátio NL durante vigência do contrato
(3) Estimativa calculada com base nas informações provenientes das unidades subordinadas
(4) Índice aplicado conforme Decreto Municipal nº 57.776/2017
* Os dados obtidos junto às unidades subordinadas indicaram inexistência de peças apreendidas

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses**, contados do(a) **emissão da Ordem de Serviço**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que a guarda e depósito dos veículos permanecerão no pátio da contratada até a decisão judicial, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. O pátio deverá estar em perfeitas condições de operacionalidade e atender as determinações de uso e ocupação do solo e possuir licença ambiental de instalação e operacionalização, quando estiver em áreas de mananciais, bem como Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Garantia da Contratação

4.2 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3 No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.3.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.4 O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A expedição da Ordem de Início de Serviço estará condicionada à comprovação do atendimento às exigências fixadas neste Termo de Referência, incluindo todas as licenças, autorizações e alvarás necessários para a realização da atividade de depósito e guarda de veículos, fixando-se à contratada, para a sua apresentação, o prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da celebração do contrato, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

5.1.2. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, caso comprovada demora na obtenção das licenças, autorizações e alvarás por razões não imputáveis à CONTRATADA;

5.1.3. Ultrapassados os prazos previstos sem a comprovação do atendimento das exigências necessárias para a realização da atividade de depósito e guarda de veículos, o contrato será rescindido de pleno direito;

5.1.4. O início da execução do objeto deste instrumento somente será autorizado após a apresentação da relação de profissionais da Contratada que atuarão no âmbito desta contratação e a assinatura dos respectivos Termos de Confidencialidade, Sigilo e Uso em conformidade com o modelo que constitui o Anexo I.3 do edital, comprometendo-se a observar as normas de segurança, privacidade e proteção de dados e informações.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços deverão ser prestados ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, em pátio previamente aprovado pela Contratante, localizado em área compatível com a legislação municipal de uso e ocupação do solo e demais exigências legais, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A localização exata será objeto de avaliação técnica e vistoria por parte da Administração, previamente à emissão da ordem de início.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. O veículo será recebido no pátio mediante a entrega dos seguintes documentos pelo responsável da remoção:

- a) Determinação de Autoridade Policial da Delegacia requisitante para o depósito e guarda do veículo no pátio;
- b) Cópia do Auto de Vistoria para Remoção;
- c) Os documentos deverão estar assinados e elaborados em formulário próprio da Polícia Civil.

5.3.2. O veículo será encaminhado ao pátio, onde será recepcionado por funcionário da CONTRATADA devidamente identificado e treinado, que repetirá a vistoria realizada na remoção, conferindo-a com o Auto de Vistoria para Remoção que lhe foi entregue, inclusive com novas fotografias, se necessário. A condução do veículo ao local a ele destinado no pátio, somente poderá ser efetuada após a vistoria;

5.3.3. A vistoria deverá abranger, no mínimo, os seguintes elementos, segundo Anexo I.2, do Termo de Referência:

- a) Número e Denominação da Unidade Policial Civil;
- b) Data;
- c) Número do Boletim de Ocorrência e/ou Inquérito Policial;
- d) Características (marca, modelo, ano fabricação/modelo, placa etc);
- e) Quilometragem;
- f) Veículo acionado e rodando quando acionada ignição;
- g) Estado geral da lataria;
- h) Estado geral de vidros;
- i) Estado geral dos bancos;
- j) Estado dos pneus e rodas;
- k) Possui rodas;
- l) Possui estepe;
- m) Existência de motor e caixa de câmbio;
- n) Possui Equipamentos Obrigatórios (chave de rodas/triângulo);

- o) Aparelhos de som e/ ou imagem;
- p) Possui retrovisores;
- q) Possui Extintor de incêndio;
- r) Faróis e Lanternas íntegros;
- s) Observações e divergências;

5.3.4. O documento gerado por ocasião do checklist (lista de verificação) quando da chegada do veículo ao depósito (onde deverão estar registradas as condições e dados identificadores do veículo), deverá alimentar sistema informatizado de controle do depósito, registrando-se data e horário da entrada do veículo no depósito, bem como informação da delegacia de polícia requisitante, sem prejuízo do arquivamento da documentação correspondente para fins de contraprova.

5.3.5. Não havendo divergências a serem sanadas, a contratada ficará responsável pelo veículo, carga e pertences, se existentes.

5.3.6. O registro fotográfico deverá conter, no mínimo, uma imagem de cada face externa completa do veículo (frente, traseira, lado esquerdo e direito), painel de instrumentos interno, foto da quilometragem atual, bancos, compartimento do motor, porta-malas (aberto), estepe (conjunto roda-pneu) e Kit GNV (gás natural veicular), quando houver, evitando-se imagens fracionadas dos elementos citados neste item. Deverá ser realizado registro fotográfico do número do chassi do veículo e dos elementos de identificação presentes nos vidros do veículo.

5.3.7. A contratada deverá manter, em arquivo eletrônico, banco de dados fotográfico dos veículos recolhidos, devidamente indexado aos veículos recolhidos, e à disposição para consulta da CONTRATANTE a qualquer momento, durante toda a vigência do contrato e suas renovações, caso houver.

5.3.8. A falta dos registros fotográficos, que comprove a preexistência de todas as avarias constantes no veículo anteriormente à remoção implicará na assunção do ônus de ressarcimento de toda e qualquer avaria reclamada, sem prejuízo das sanções contratuais correspondentes.

5.3.9. No caso de verificação de avarias, deve haver o registro fotográfico detalhado correspondente.

5.3.10. No caso de constatação de divergências em relação à vistoria anteriormente realizada, a Contratada deverá:

- a) Comunicar a autoridade policial responsável, registrando a divergência, com data e hora;
- b) Efetuar fotos das divergências relatadas para as devidas providências;
- c) Adotar, de imediato, providências no sentido de identificar o momento em que se deu o dano, antes, durante ou após o seu traslado;
- d) Verificar se os danos alegados foram registrados no respectivo documento de vistoria quando adentrou ao pátio, comprovando-se, quando for o caso, a preexistência dos danos com os registros fotográficos efetuados pela empresa responsável pelo transporte no momento da retirada do veículo e pela própria contratada, quando da entrada ao pátio;
- e) Responsabilizar-se integralmente pelos danos a que, comprovadamente, tiver dado causa.

5.3.11. Todo e qualquer veículo será depositado em vaga devidamente delimitada e demarcada a critério da Contratada, devendo ser acondicionado de forma a ser prontamente identificado tão logo seja necessário.

5.3.12. Todos os veículos serão depositados em vagas compatíveis com as suas dimensões.

5.3.13. Não serão remunerados em separado o depósito e a guarda de motores, caixas de câmbio e outras peças, fazendo parte da presente contratação.

5.3.14. O eventual manuseio de veículos no pátio após o depósito do veículo ou tracionado apreendido será de responsabilidade da contratada, a qual deverá ter equipamentos apropriados para tanto.

5.3.15. As peças ou partes eventualmente danificadas e separadas dos veículos deverão ser acondicionadas de forma segura e identificada, preferencialmente junto ao respectivo veículo, observadas as condições de espaço e segurança. Caso não seja possível mantê-las no interior do veículo, deverão ser armazenadas em local apropriado no pátio, com etiqueta de identificação vinculando-as ao veículo de origem, garantindo sua preservação e rastreabilidade.

5.3.16. Caso sejam encontrados objetos ou pertences no interior do veículo apreendido, estes deverão permanecer acondicionados no próprio veículo. Se, por motivo de segurança, dano estrutural ou risco de deterioração (em caso de bens perecíveis), não for possível o fechamento adequado do veículo, os itens deverão ser removidos e armazenados em área específica, segura, coberta, e devidamente identificada no depósito, com vinculação ao respectivo veículo mediante registro fotográfico e termo de conferência. A contratada será integralmente responsável pela guarda e integridade dos pertences até sua restituição ou destinação pela autoridade competente.

5.3.17. O veículo ficará sob responsabilidade e guarda da contratada no respectivo depósito, que adotará as medidas necessárias para conservação do veículo no estado que o recebeu, salvo a deterioração natural por ação do tempo.

5.3.18. Quaisquer danos ou avarias que ocorram nos veículos sob sua guarda e que estejam no devido local do depósito serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, garantido à Administração o direito de regresso por eventuais prejuízos perante terceiros que tiver de indenizar.

5.3.19. Ao final do contrato, sob qualquer circunstância, o contratado deverá entregar o banco de dados com todos os registros fotográficos à contratante.

5.3.20. No caso da necessidade de software próprio para acesso às informações, a contratada se obriga a conceder à contratante o respectivo programa e/ou licenças correspondentes.

Da liberação

5.4. Liberação consiste em entregar o veículo ao seu devido proprietário, procurador ou a quem de direito, observadas a legislação em vigor.

5.4.1. O veículo somente será liberado após autorização, por meio de auto de depósito ou auto de entrega, expedido pela autoridade policial competente ou por determinação judicial, devendo a contratada se valer dos meios possíveis para atestar a autenticidade do documento. No caso de determinação judicial, ainda assim o veículo somente será liberado após expedido o auto de entrega e/ou depósito pela autoridade policial.

5.4.2. Para a retirada do veículo do pátio, a CONTRATADA deverá observar os mesmos procedimentos de verificação adotados quando de sua entrada, visando garantir que não houve danos ou outras irregularidades durante o período de estadia nas dependências do pátio, devendo o formulário de verificação de retirada ser validado mediante a assinatura do proprietário do veículo ou seu procurador.

5.4.3. Em caso de discordância do proprietário ou seu procurador com o estado de retirada do veículo, a CONTRATADA deverá descrever o alegado pelo proprietário ou procurador no formulário de verificação de retirada, entregando-lhe uma via, providenciar novas fotografias do veículo e enviar comunicado do ocorrido à autoridade policial competente.

5.4.4. Após ciência à autoridade policial competente da discordância este deverá, através do sistema informatizado, comparar as fotografias do veículo nos momentos de entrada e retirada, bem como do auto de vistoria do agente público e documentos do inventário do pátio para atestar as condições do veículo e se houve danos ao veículo no período de estadia no pátio.

5.4.5. Os dias e horários de atendimento para liberação dos veículos no pátio deverão ser compatíveis com os horários de funcionamento dos cartórios das delegacias de polícia, devendo funcionar de segunda a sexta das 08h00 às 17h00.

5.4.6. Caso o estado de conservação dos equipamentos de segurança do veículo não esteja adequado, o veículo poderá ser transportado internamente no pátio através de guincho ou empilhadeira da CONTRATADA, sem ônus para o Estado e para o proprietário do bem.

5.4.7. Caso o proprietário do veículo não esteja devidamente habilitado, o condutor proprietário deverá solicitar a outra pessoa devidamente habilitada para conduzir o veículo ou então contratar um veículo guincho às suas próprias custas.

5.4.8. Não será permitida a retirada do veículo por pessoa que se apresente em estado de embriaguez ou torpor, mesmo que devidamente habilitada, devendo o funcionário responsável pelo pátio solicitar apoio policial para auxiliar na resolução do problema.

Da estimativa de permanência de veículos no pátio

5.5. O tempo de permanência dos veículos apreendidos no pátio é indeterminado, variando conforme a tramitação dos procedimentos policiais ou judiciais a que estejam vinculados. A Administração não assume qualquer compromisso quanto à duração da permanência, sendo essa definida exclusivamente pelos desdobramentos legais de cada caso. Tal condição deverá ser considerada pela contratada no dimensionamento da estrutura ofertada e na formulação de sua proposta.

Do pagamento das taxas

5.6. É terminantemente proibida a cobrança de qualquer valor, a qualquer título, diretamente ao proprietário, responsável ou terceiro relacionado ao veículo apreendido. Nenhuma quantia poderá ser exigida ou recebida pela contratada ou seus prepostos, independentemente de justificativa, forma de pagamento ou natureza da alegada despesa.

5.7. A contratada deverá fixar, em local visível ao público, aviso ostensivo com os seguintes dizeres: “É proibido qualquer tipo de cobrança neste local. Nenhum valor deve ser pago aos funcionários ou à empresa contratada.”

5.8. O descumprimento desta cláusula será considerado falta grave, passível de rescisão contratual por infração à legalidade e à moralidade administrativa, além das sanções cabíveis.

5.9. A constatação de qualquer tentativa ou prática de cobrança indevida, direta ou indireta, por parte da contratada ou de seus prepostos, será considerada infração gravíssima, ensejando, além da imediata notificação e registro da ocorrência, a aplicação das sanções contratuais cabíveis, incluindo multa, rescisão por inexecução total ou parcial do contrato, e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. A contratada responderá civil, administrativa e penalmente por quaisquer valores exigidos ou recebidos em desacordo com o item 5.6 deste Termo de Referência, independentemente da devolução ou reparação do dano causado.

5.11. A contratada deverá elaborar e disponibilizar, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, relatório técnico e gerencial contendo o registro detalhado dos serviços prestados no mês anterior, compreendendo todas as entradas, saídas e movimentações de veículos no pátio, bem como a situação dos bens ainda sob sua guarda.

5.11.1. O relatório deverá ser disponibilizado à contratante, por meio de sistema informatizado, com acesso contínuo, seguro e em tempo real, permitindo a fiscalização da execução contratual a qualquer momento. O sistema deverá permitir extração de dados, geração de relatórios personalizados e visualização por filtros operacionais, além de possibilitar auditoria das informações.

5.11.2. O relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação da contratada (razão social, CNPJ, timbre e assinatura do responsável técnico);
- b) Data de emissão do relatório;
- c) Lista dos veículos que ingressaram no pátio durante o período de referência;
- d) Lista dos veículos que foram retirados, leiloados, transferidos ou destinados à compactação, com indicação da respectiva destinação;
- e) Identificação individual de cada veículo (placa e, na ausência, número do chassi);
- f) Tipo, marca, espécie, modelo e cor do veículo;
- g) Delegacia requisitante ou responsável, acompanhada do número do Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado ou Inquérito Policial vinculado;

h) Nome completo, cargo/função e assinatura do responsável técnico pelo preenchimento e conferência das informações.

5.11.3. A ausência de entrega do relatório no prazo estipulado, ou sua apresentação com dados incompletos, inconsistentes ou inverídicos, será considerada infração contratual grave, sujeita à aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente, inclusive multa, advertência e, em caso de reincidência, rescisão contratual por inexecução.

5.11.4. A entrega regular e fidedigna dos relatórios, bem como a manutenção do acesso em tempo real ao sistema de gestão contratual, constitui obrigação essencial da contratada, vinculando-se diretamente à liberação dos pagamentos devidos.

Materiais a serem disponibilizados

5.12. Para a perfeita e ininterrupta execução dos serviços contratados, a contratada deverá disponibilizar, instalar e manter, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, mobiliário, sistemas informatizados e recursos operacionais necessários, em quantidade e qualidade compatíveis com a demanda do pátio, observando os seguintes requisitos mínimos:

5.12.1. 01 (uma) copiadora multifuncional para documentos;

5.12.2. 02 (dois) aparelhos fotográficos digitais com resolução mínima de 12 megapixels, datador e conexão USB, para registro fotográfico nas vistorias;

5.12.3. 01 (uma) linha telefônica fixa exclusiva para comunicação com autoridades policiais e fiscais do contrato;

5.12.4. Conexão à internet com velocidade mínima compatível com o funcionamento do sistema informatizado e com a transmissão de imagens;

5.12.5. Aparelhos de radiocomunicação ou telefones celulares em número compatível com a equipe operacional, assegurando comunicação imediata entre os setores do pátio;

5.12.6. 02 (dois) microcomputadores atualizados, com sistema operacional compatível com os aplicativos de gestão, e-mail, armazenamento e edição de documentos;

5.12.7. 02 (duas) impressoras multifuncionais com capacidade de digitalização e envio de documentos eletrônicos;

5.12.8. 01 (um) compressor de ar para enchimento de pneus;

5.12.9. 01 (uma) bateria automotiva selada para auxílio em partidas, se necessário;

5.12.10. 01 (um) carregador de baterias automotivas compatível com baterias de 12V e 24V, até 100Ah;

5.12.11. Mobiliário básico para os ambientes operacionais e administrativos (mesas, cadeiras, armários, arquivos e balcões de atendimento);

5.12.12. Sistema informatizado de gestão do pátio, com controle completo dos veículos depositados, incluindo:

- número do boletim de ocorrência, autoridade requisitante, datas de entrada e saída, e registros de movimentações internas;
- integração com o banco de dados fotográfico contendo imagens completas e atuais dos veículos (frente, traseira, laterais, interior, painel, chassi e motor);
- rastreabilidade das informações, com acesso em tempo real pelos fiscais do contrato;
- capacidade de geração de relatórios customizados e exportação de dados.

5.12.13. Os equipamentos, ferramentas e sistemas deverão estar permanentemente operacionais, em perfeito estado de funcionamento, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada sua manutenção, atualização e eventual substituição, sem qualquer ônus à contratante.

5.13. Os itens mencionados são requisitos mínimos obrigatórios. A contratada poderá, a seu critério e sob sua responsabilidade, empregar outros recursos que entenda necessários, desde que não comprometam a execução contratual e sejam aprovados previamente pela contratante.

5.14. . A contratada deverá manter pessoal em número suficiente, capacitado e compatível com a realidade operacional do pátio, para execução de todas as atividades contratadas, inclusive recebimento e vistoria de veículos, atendimento ao público, administração e liberação de bens, conforme escala e agendamento.

5.15. Todos os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, identificados por crachá e seguir padrão visual definido pela contratada e aprovado pela contratante.

5.16. As chaves dos veículos sob guarda deverão ser acondicionadas em claviculário fechado, numerado e organizado, assegurando sua pronta localização no momento da liberação e preservando a integridade da posse, mediante autorização formal da autoridade policial competente.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.17. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Do depósito, da guarda e suas características:

5.18. Distinguem-se o serviço de depósito e de guarda dos respectivos veículos, nos termos a seguir descritos:

- a) Do Depósito: O depósito, costumeiramente confundido com a guarda, consiste na colocação do tracionado em local adequado, nos termos exigidos pelo edital;
- b) Da guarda: Guarda é a vigilância exercida sobre o veículo no lugar em que estará depositado, objetivando-se a preservação de seus caracteres, peças e acessórios, até sua destinação final.

5.19. Este Termo de Referência tem por finalidade definir a operacionalidade, deveres e responsabilidades da empresa a ser contratada pela 5ª Delegacia Seccional de Polícia, para prestação de serviços contínuos de depósito e guarda de veículos apreendidos por atos de polícia judiciária, junto às 12 (doze) Delegacias de Polícia Territorial, 3 (três) Delegacias Especializadas e uma Central Especializada a Repressão de Ocorrências Diversas (CERCO), quais sejam: 10º, 18º, 21º, 29º, 30º, 31º, 42º, 52º, 56º, 57º, 58º, 81º, Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências – CERCO, 5ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, 5ª Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso e Centro de Execução de Cartas Precatórias.

UNIDADES POLICIAIS AFETAS À 5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA:

UNIDADE	ENDEREÇO
10º DP	Av. Airton Pretini, nº 69 - Penha de França Telefone: (11) 2098-6700
18º DP	R. Juventus, nº 350 - Mooca Telefone: (11) 2273-5751
21º DP	Av. Marcondes de Brito, nº1416 - Vila Matilde Telefone: (11) 2651-9979
29º DP	Av. Sapopemba, nº 3259 - Vila Diva Telefone: (11) 2216-6227
30º DP	R. Antônio Camardo, nº 69 - Vila Gomes Cardim Telefone: (11) 2295-7901
31º DP	Av. Conselheiro Carrão, nº 2580 - Vila Carrão Telefone: (11) 2094-3246
42º DP	Av. do Oratório, nº 1588 - Parque São Lucas Telefone: (11) 2717-6300
52º DP	R. Dr. Coryntho Baldoíno Costa, nº 400 - Vila Zilda Telefone: (11) 2093-3640
56º DP	R. Dra. Esmeralda Mendes Policene, nº 264 - Vila Alpina Telefone: (11) 2341-3425
57º DP	R. do Oratório, nº 2220 - Parque da Mooca Telefone: (11) 2965-6645

58° DP	R. Antúrios, nº 362 - Vila Formosa Telefone: (11) 2673-2169
81° DP	Av. Celso Garcia, nº 2875 - Belenzinho Telefone: (11) 2093-9496
CERCO	Av. Celso Garcia, nº 2875, 1º andar - Belenzinho Telefone: Ramal 1037
Delegacia de Proteção ao Idoso	R. José Macedo, 81, Vila Macedópolis Telefone: (11) 2717-2073
Delegacia de Defesa da Mulher	R. Dr. Coryntho Baldoíno Costa, nº 400, 2º andar - Vila Zilda Telefone: (11) 2941-9770
Centro de Execução de Cartas Precatórias	Av. Airton Pretini, nº 69 - Penha de França Telefone: (11) 2091-0544

Das especificações do pátio

5.20. O dimensionamento do pátio levou em conta as áreas destinadas ao depósito de veículos leves, pesados e motocicletas/peças, sendo:

Porcentagem de áreas destinadas ao depósito de veículos leves, pesados e motocicletas	
Categorias	Percentual
Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.)	91,61 %
Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, etc.)	1,98 %
Motocicletas/peças (quadro, motor, caixa de câmbio, etc.)	6,41 %

5.20.1. Para os fins deste certame, são considerados:

- a) veículos leves: automóveis, camionetas e utilitários: os que assim estiverem classificados no Anexo I da Resolução SFP nº 106, de 16 de dezembro de 2019, da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado – Suplemento – de 17 de dezembro de 2019, que fixa os valores venais para cálculo do IPVA 2020;
- b) motocicletas e similares: os que estiverem classificados como motos e similares no Anexo I da Resolução SFP nº 106, de 16 de dezembro de 2019, da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado – Suplemento – de 17 de dezembro de 2019, que fixa os valores venais para cálculo do IPVA 2020;
- b.1) peças: caixa de câmbio, motor, quadro de motocicleta, etc.
- c) veículos pesados:
 - c.1) os que estiverem classificados como caminhão, caminhão-trator, ônibus, microônibus e motorcasa no Anexo I da Resolução SFP nº 106, de 16 de dezembro de 2019, da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado – Suplemento – de 17 de dezembro de 2019, que fixa os valores venais para cálculo do IPVA 2020;
 - c.2) semirreboque ou reboque (art. 96, I, a, do Código de Trânsito Brasileiro) tracionado por caminhão trator.

5.20.2. As proporções previstas são uma estimativa e poderão ser readequadas para atender as demandas da Contratante. O percentual estimado observou os dados fornecidos pelo Pátio da NL SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E EMPREENDIMENTOS DE TRANSPORTE EIRELI (onde estão depositados e guardados os veículos apreendidos por esta 5ª Delegacia Seccional de Polícia e unidades subordinadas), bem como informações das apreensões e devoluções relativas às unidades policiais subordinadas durante a vigência do contrato (15/7/2022 a 15/1/2025).

5.20.3. Nesse contexto, a contratada deverá possuir a área mínima de 20.684,40 m² (vinte mil, seiscentos e oitenta e quatro metros quadrados e quarenta décimos quadrados). Este montante faz referência a área de 18.804,00 m², acrescida de 10% (dez por cento) relativos a áreas para manobras dos guinchos e demais veículos, para movimentação interna com ruas dimensionadas para este fim, devendo-se levar em conta, ainda, a estrutura a ser atendida pela Contratada para a perfeita execução dos serviços, como local para perícia, vistoria e área para realização do leilão e compactação, quando necessário, perfazendo 1.880,40 m² (mil oitocentos e oitenta metros quadrados e quarenta décimos quadrados) para tal.

5.20.4. Assim, a contratada deverá atender a área mínima total de 20.684,40 m² (vinte mil, seiscentos e oitenta e quatro metros quadrados e quarenta décimos quadrados) para o pátio. O espaço dimensionado na tabela item 1.1, abrange a capacidade de depósito e guarda de veículos objeto do presente termo.

5.20.5. A estimativa apurada compreende as apreensões futuras (projeção 30 meses), o quantitativo para suprir a necessidade de desocupação dos pátios da empresa até então contratada, por ocasião do vencimento do respectivo contrato, bem como estimativa do passivo das Unidades Policiais, determinada da seguinte forma:

- a) Para o cálculo da projeção (30 meses) de apreensões futuras, utilizou como série histórica de referência, planilhas detalhadas com a quantidade de apreensões de veículos leves, motocicletas/peças e veículos pesados relativas ao período de 15/7/2022 a 15/1/2025. Considerou-se o histórico de entrada, saída de cada um dos tipos de veículos e o saldo remanescente dos mesmos, chegando à estimativa da quantidade mensal de veículos;
- b) Com base nos relatórios enviados pelas Unidades Policiais Subordinadas, estimou-se o passivo existente nos distritos contemplando a quantidade até a presente data;
- c) Acrescentou-se também a quantidade de veículos apreendidos durante a vigência do contrato junto a N.L.;
- d) A dimensão das vagas, foi calculada com base nas especificações contidas no Anexo I – Disposições Técnicas, Item. 8.I, do Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, aprovado pelo Decreto 57.776/2017, que regulamentou a Lei municipal nº 16.642 /2017.

5.21. Dimensão das vagas de estacionamento e faixas de acesso a vaga em função do tipo de veículo (medida em metros):

Tipo de veículo	Largura (m)	Comprimento (m)	Área (m²)
Automóvel	2,20	4,50	9,90
Moto	1,00	2,00	2,00
Utilitário	2,50	5,50	13,75
Caminhão leve	3,10	8,00	24,80

*Diante da nomenclatura utilizada no referido código ser divergente da prevista no Termo de Referência, o termo “caminhão leve” (Código de Obras e Edificação do Município de São Paulo) dever ser equiparado ao “veículo pesado” (Termo de Referência).

5.21.1. A estimativa da média mensal de apreensões e de veículos que deixam o pátio, sem que isso decorra qualquer expectativa de direito para o licitante, está discriminada na tabela abaixo:

Descrição	Média mensal de apreensões	Média mensal de veículos que são retirados do pátio
Veículos leves	34,87	15,93
Motocicletas/peças	7,63	1,70
Veículos pesados	0,40	0,27

5.21.2. A contratada deverá ocupar área única para execução das atividades.

5.21.3. A contratada se obriga a manter todo acervo da 5ª Delegacia Seccional de Polícia separado de qualquer outro veículo ou objeto que por ventura ocupe área excedente à contratada.

5.21.4. A contratada deve permitir o acesso da Contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive finais de semana e feriados, sendo responsabilidade exclusiva da contratada o depósito e a guarda dos veículos.

Localização

5.22. O pátio de depósito de veículos deverá estar localizado em um raio máximo de até 100 (cem) quilômetros da sede da 5ª Delegacia Seccional de Polícia, situada na Avenida Celso Garcia, nº 2.875, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP 03063-000. A localização deverá atender integralmente à legislação municipal de uso e ocupação do solo, sendo obrigatória a apresentação de alvará de funcionamento, licença ambiental (quando aplicável) e demais autorizações pertinentes à atividade de guarda de veículos apreendidos.

5.22.1. O imóvel deverá estar situado em área regularizada, compatível com a atividade fim, não podendo estar em processo de embargo, interdição, litígio possessório ou pendência ambiental.

5.22.2 É vedada a instalação do pátio em áreas com histórico de alagamentos, ou em terrenos que apresentem pontos com risco de acúmulo de água, enxurradas ou outras condições que comprometam a integridade dos veículos e a segurança dos servidores e usuários. A contratada deverá declarar formalmente, sob as penas da lei, que o imóvel proposto está livre dessas condições e atende aos requisitos legais e técnicos de segurança, estabilidade e salubridade.

5.23. O imóvel poderá ser de propriedade do licitante ou estar sob sua posse legítima por meio de contrato de locação, comodato, cessão, arrendamento ou outro instrumento jurídico válido, desde que apto a garantir sua disponibilidade durante toda a vigência contratual.

Especificação da área

5.24. A área destinada ao depósito e guarda de veículos apreendidos deverá ser segregada das demais áreas do imóvel, cercada com muro em alvenaria com altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), podendo ser complementada com concertina ou sistema de proteção equivalente, a critério da contratante. A estrutura deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos e funcionais:

- a) Sistema completo de iluminação interna e perimetral, incluindo iluminação de emergência;
- b) Sistema de videomonitoramento 24 (vinte e quatro) horas por dia, com câmeras em alta definição posicionadas em pontos estratégicos, cobrindo toda a área do pátio, acessos de entrada e saída, com capacidade de armazenamento de imagens por, no mínimo, 6 (seis) meses;
- c) Piso pavimentado com material resistente (massa asfáltica, concreto ou cascalho compactado), mantido em perfeitas condições de tráfego e segurança;
- d) Espaço interno adequado para manobras de veículos de pequeno, médio e grande porte, sem risco à integridade dos bens apreendidos;
- e) Portão de acesso exclusivo para entrada e saída de veículos, devendo permanecer fechado após cada movimentação, a fim de evitar acessos não autorizados;
- f) Área coberta de perícia, dotada de vala técnica para inspeção da parte inferior dos veículos, inclusive de grande porte, com iluminação adequada;
- g) Área coberta na entrada do pátio com iluminação e câmera de monitoramento, destinada à vistoria de entrada dos veículos;
- h) Placa de identificação visível na entrada principal, contendo a informação: “Serviço contratado pela 5ª Delegacia Seccional de Polícia – Polícia Civil do Estado de São Paulo”, conforme modelo previamente aprovado;
- i) Setorização das áreas internas do pátio por espécie de veículo (leves, pesados, motocicletas/peças), garantindo a organização e evitando contato físico entre os bens;
- j) Guarda individualizada dos veículos, com distância mínima entre eles, sob responsabilidade integral da contratada;
- k) Vias de acesso oficiais e adequadas ao tráfego de automóveis, localizadas fora de zonas de alagamento;
- l) O pátio poderá conter edificações complementares, desde que exclusivamente voltadas à prestação do serviço contratado e sem prejuízo da área útil destinada ao depósito;
- m) Área fechada, coberta e edificada em alvenaria, dotada de sistema de trancamento seguro, destinada ao armazenamento de motores, caixas de câmbio e demais peças eventualmente apreendidas, com vinculação individualizada por registro;
- n) Ausência de notificações sanitárias por presença de dengue nos 12 (doze) meses anteriores à contratação, comprovada mediante certidão negativa expedida pela prefeitura local;
- o) Apresentação de certificado de dedetização e desratização emitido por empresa especializada, renovado a cada 6 (seis) meses, e mantido disponível para fiscalização;
- p) Limpeza e conservação permanente da área, com poda regular de vegetação, remoção de lixo e vedação a acúmulo de água, entulho ou criadouros de vetores;
- q) Veículos sinistrados ou com avarias devem ser cobertos com lona (“encapamento”) ou alocados em área coberta, visando à conservação e

prevenção sanitária;

r) Área administrativa e de atendimento ao público construída em alvenaria ou materiais alternativos, desde que mantenham o ambiente fechado e adequado às atividades, dotada de:

- i. Recepção com guichê de atendimento e acessibilidade para pessoas com deficiência;
- ii. Área de espera com assentos, bebedouro e banheiros masculino/feminino para o público;
- iii. Banheiros e área reservada ao uso exclusivo dos funcionários, com acessibilidade;
- iv. Área técnica de apoio e guarda de insumos e materiais operacionais;
- v. Manutenção contínua da limpeza, com especial atenção às áreas de uso comum.

s) Apresentação obrigatória do Alvará de Funcionamento específico para atividade de guarda de veículos apreendidos e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);

t) Caso o imóvel esteja localizado em área de manancial ou controle ambiental, será obrigatória a apresentação de licença de instalação e de operação emitida pelos órgãos competentes;

u) Todas as adaptações estruturais, instalações técnicas e regularizações junto a órgãos públicos ou concessionárias serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus à Administração;

v) A contratada deverá manter, em regime contínuo, a equipe técnica e operacional suficiente para garantir a execução ininterrupta dos serviços, inclusive em finais de semana, feriados e períodos de afastamento de funcionários;

w) Durante os leilões de veículos, a contratada deverá permitir a visitação pública dos bens apreendidos conforme cronograma e normas do edital, garantindo o apoio de pessoal de segurança e possibilitando, se necessário, a execução de procedimentos de compactação e descontaminação no próprio local;

x) O imóvel a ser utilizado como pátio deverá ser de propriedade da empresa contratada ou estar em sua posse legítima e regular, por prazo igual ou superior ao da vigência contratual, a fim de garantir a continuidade dos serviços e evitar interrupções decorrentes de conflitos locatícios ou instabilidade fundiária.

Especificação da garantia do serviço

5.25. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto contratual.

5.25.1. A exigência de garantia contratual decorre da natureza do serviço prestado, que envolve a custódia de bens móveis alheios sob responsabilidade direta da contratada, a qual deve assegurar a conservação, integridade física e segurança dos veículos apreendidos até sua liberação ao proprietário legítimo ou destinação determinada por autoridade competente.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.26. Os procedimentos de transição e finalização do contrato compreendem a obrigatória transferência à contratante de todos os arquivos físicos e digitais, mídias eletrônicas, registros fotográficos e banco de dados relacionados ao acervo de veículos e bens sob guarda da contratada, inclusive com seus históricos de movimentação, vistorias, liberações, vínculos documentais e dados de controle.

5.27. Quando do encerramento do contrato, sob qualquer hipótese (término de vigência, rescisão ou substituição contratual), a contratada deverá emitir Termo de Transferência de Bens Depositados, contendo a descrição individualizada e completa dos veículos e bens custodiados, com suas respectivas situações cadastrais, para fins de entrega à nova contratada e à Administração Pública.

5.27.1. A contratada deverá manter, desde o início da execução contratual, sistema de registro que permita identificar com precisão os veículos sob responsabilidade da 5ª Delegacia Seccional de Polícia, de modo que, quando solicitado ou ao final do contrato, seja possível separá-los e prepará-los para eventual remoção ou transferência direta à contratante, com a rastreabilidade completa dos dados e imagens.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h.

6.7.1. A manutenção de preposto do Contratado no local de execução do serviço de pátio, por período determinado, é necessária para garantir a gestão, o adequado acompanhamento das atividades, a coordenação das equipes e a pronta solução de ocorrências operacionais, garantindo o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

6.7.2. A presença do preposto permite comunicação imediata com a Administração, assegura o cumprimento das rotinas, dos prazos e dos padrões de qualidade estabelecidos, bem como contribui para a prevenção de falhas e interrupções na execução do serviço. Dessa forma, a exigência de manutenção de preposto no local de execução, por período previamente definido, revela-se proporcional, razoável e compatível com o interesse público, sendo instrumento essencial para garantir a eficiência, a regularidade e a adequada execução do objeto contratado.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do **Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços** não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios constantes no **Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços - Anexo V**.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a **periodicidade mensal**, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

7.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.16.1 o prazo de validade;

7.16.2 a data da emissão;

7.16.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5 o valor a pagar; e

7.16.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será **PREÇO GLOBAL**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. **Ato de autorização legal específica:** Portaria, licença ou documento equivalente emitido por órgão regulador competente, quando a atividade objeto do contrato assim o exigir.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.20. *Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.22.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.22.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.21. O licitante deverá comprovar, ainda, capital social integralizado em montante mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação correspondente ao período de 12 (doze) meses, como forma de demonstrar capacidade econômica compatível com a execução do objeto.

8.22. *O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.23. O licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do objeto da licitação, sendo-lhe assegurado o direito de realizar vistoria prévia, caso deseje;

8.23.1. A exigência do item anterior poderá ser suprida por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o pleno conhecimento das condições operacionais e das peculiaridades técnicas da execução contratual;

8.24. O licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional para execução de serviços com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, mediante apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por entidade profissional competente, quando for o caso;

8.24.1 Para fins de comprovação da aptidão técnica, os atestados/certidões deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Objeto contratual semelhante ao desta licitação, com detalhamento dos tipos de serviços prestados, quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da execução;

b) Comprovação de que a empresa executou serviços correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto ora licitado, considerando-se como de “mesma natureza e porte” os serviços com características operacionais similares, ainda que com volumes inferiores, conforme jurisprudência dos Tribunais de Contas;

c) Os percentuais de execução poderão ser comprovados por meio do somatório de mais de um contrato, desde que devidamente documentados e somados de forma coerente;

d) O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente, com assinatura e qualificação do signatário. Caso não conste telefone ou meio de contato nos documentos, o licitante deverá apresentar, em anexo, declaração complementar contendo essas informações.

8.24.2. Deverá ser comprovada, ainda, a experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços similares, sendo aceitos atestados ou certidões emitidos por diferentes contratantes, mesmo

8.24.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.24.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.24.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

8.25. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em um raio máximo de até 100 (cem) quilômetros da sede da 5ª Delegacia Seccional de Polícia, situada na Avenida Celso Garcia, nº 2.875, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP 03063-000, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;

Outras comprovações

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.27. Tratando-se de consórcio:

8.27.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.27.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.27.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 2.074.351,10 (dois milhões setenta e quatro mil trezentos e cinquenta e um reais e dez centavos), conforme Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado .

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: GESTÃO 00001 - UASG 180358
- II. Fonte de Recursos: FONTE TESOURO 150010001
- III. Programa de Trabalho: 06181180149890000
- IV. Elemento de Despesa: 33903999
- V. Plano Interno:

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, de de 2026.

Patricia Chalfun de Matos Fonseca
Delegada de Policia
Gestora de Contrato

11. APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Neste ato após a devida revisão **APROVO** o presente Termo de Referência.

José Aparecido Sanches Severo
Delegado Seccional de Polícia - Ordenador de Despesa

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLA ELYDIANNE DE UNGARO SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:30:26.

PATRICIA CHALFUN DE MATOS FONSECA

Autoridade Subscritora

ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL

Estudo Técnico Preliminar 2/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00125567/2024-71

2. ANEXO I . 1

ANEXO I . 1 .

3. Descrição da necessidade

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E OUTROS.

A 5ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP , abrange doze delegacias de polícia e quatro especializadas, as quais realizam diuturnamente atividades de Polícia Judiciária, nos termos do Art. 144, parágrafo 4º, da Constituição Federal. Nesse contexto, ocorrem circunstâncias nas quais a autoridade policial determina a apreensão de veículos e outros tracionados envolvidos com ocorrências criminais e ilegalidades, para fins de investigação criminal de modo a promover a segurança pública. Esses veículos inicialmente são recolhidos nos pátios das delegacias e na sequência são recolhidos ao pátio contratado pela Seccional.

Recentemente, a empresa responsável pela prestação de serviço de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, com disponibilização de pátios, era a empresa NL SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E EMPREENDIMENTOS DE TRANSPORTES EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 28.732.475/0001-91 , todavia o Contrato nº 02/2021 se expirou em 15 de janeiro de 2.025 não havendo renovação em razão de decisão unilateral desta 5ª Delegacia Seccional de Polícia decorrente de má gestão do contratado, razão pela qual a contratação em apreço é iminente.

O tempo estimado de contratação deverá ser de 30 (trinta) meses, com a possibilidade de renovação, até o limite de 10 (dez) anos.

A proposta em questão não se restringe aos veículos apreendidos nas áreas afetas a esta Delegacia Seccional de Polícia, incluindo também àqueles relacionados a ocorrências registradas em unidades policiais de outra circunscrição, desde que haja relação primária ou secundária com qualquer das unidades policiais subordinadas a esta 5ª Delegacia Seccional de Polícia.

A contratação dos serviços de depósito e guarda de veículos apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária na Capital, visa atender as necessidades das Unidades Policiais subordinadas a esta Delegacia Seccional de Polícia, uma vez que o procedimento licitatório dos pátios passa a ser de responsabilidade das Unidades Gestoras de Executoras da Capital (Resolução SSP nº 93/2019, artigo 2º), bem como para atender ao determinado na Resolução SSP 44 de 06/04/2011, em seu artigo primeiro.

Deverão ser incluídos os serviços de:

1. Guarda - é a vigilância exercida sobre o veículo no lugar em que estará depositado, objetivando- se a preservação de seus caracteres, peças e acessórios, até sua destinação final.

2. Depósito - colocação do tracionado em local adequado até sua destinação final.

Importante salientar que a confecção do presente documento foi realizada por meio do Modelo ETP disponível no Portal Compras do Estado de São Paulo, sendo todos os campos existentes devidamente preenchidos.

À luz do Art. 4º do Decreto Estadual nº 68.017/2023 passamos a esclarecer conforme detalhamento abaixo item a item.

I - Foi delimitada a distância máxima de até 100 quilômetros para a localização do pátio prestador de serviços, considerando a demasiada densidade habitacional nesta Capital o que limita a existência de um local que atenda as necessidades desta Delegacia Seccional, levando-

se em conta que o licitante que sagrar-se vencedor da disputa deverá atender todas as exigências contidas nas Leis Ambientais vigentes, assim a delimitação dessa distância não se trata de uma restrição visto que licitantes com sede nesta Capital também poderão participar do certame desde que atendam as exigências; Quanto a estabelecimentos além da distância delimitada, estes não poderão participar visto que uma distância superior impactará diretamente sobre o valor final desta contratação além da contratação do serviço de guincho vindouro.

II - Não se aplica a presente contratação.

III - Como dito acima a Empresa NL SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E EMPREENDIMENTOS DE TRANSPORTES EIRELI não prestou um bom serviço o que culminou com a não renovação do contrato , assim esta administração buscou aperfeiçoar as exigências da contratação conforme consta no item 5 do Termo de Referência (Modelo de Execução do Objeto).

IV - Não se aplica a presente contratação.

No que tange ao Art. 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023 passamos a elencar item a item.

I - Já inserido, conforme descrição acima.

II - Já descrito em campo próprio do presente documento.

III - Já descrito em campo próprio do presente documento.

IV - Já descrito em campo próprio do presente documento.

V - Já descrito em campo próprio do presente documento.

VI - Já descrito em campo próprio do presente documento.

VII - Já descrito em campo próprio do presente documento.

VIII - Já descrito em campo próprio do presente documento.

IX - Já descrito em campo próprio do presente documento.

X - Já descrito em campo próprio do presente documento (Benefícios a serem alcançados com a contratação).

XI - Já descrito em campo próprio do presente documento.

XII - Já descrito em campo próprio do presente documento.

XIII - Já descrito em campo próprio do presente documento.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
UNIDADE GESTORA EXECUTORA	PATRÍCIA CHALFUN DE MATOS FONSECA

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Considerando o volume estimado de veículos a serem armazenados e as exigências constantes no Termo de Referência, a área mínima a ser disponibilizada pela futura contratada deverá ser de **20.684,40 m²**, conforme projeção detalhada na Tabela 1 do referido Termo. Esta área contempla não apenas as vagas destinadas ao depósito dos veículos (leves, pesados, motocicletas e demais peças), mas também uma reserva técnica de 10% destinada a áreas operacionais, tais como manobras, perícias, vistorias, realização de leilões e compactação de veículos.

Além da exigência de área, o pátio deverá atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos técnicos, legais e operacionais:

- **Licenciamento Ambiental:** O imóvel deverá possuir licença ambiental válida, especialmente se situado em área de manancial ou com restrições ambientais, conforme legislação vigente.

- **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB):** Deverá apresentar o AVCB atualizado, comprovando a regularidade das condições de segurança e prevenção contra incêndios.
- **Alvará de Funcionamento:** Será obrigatória a apresentação de Alvará de Funcionamento específico para a atividade de guarda e depósito de veículos apreendidos, devidamente expedido pela autoridade municipal competente.
- **Setorização Interna:** O pátio deverá possuir setorização física adequada, com divisão por categorias de veículos (leves, pesados, motocicletas e peças), de forma a garantir a organização, a rastreabilidade e a preservação dos bens custodiados.
- **Sistema de Videomonitoramento:** Instalação de sistema de videomonitoramento com cobertura perimetral e interna, com capacidade de armazenamento de imagens por, no mínimo, **6 (seis) meses**, conforme exigência do Termo de Referência.
- **Piso Pavimentado:** O terreno deverá possuir piso adequado (asfalto, concreto ou cascalho compactado), resistente ao tráfego de veículos pesados e que permita a circulação segura de veículos e pessoas.
- **Área Administrativa:** Estrutura administrativa construída em alvenaria ou material equivalente, com espaço destinado ao atendimento ao público, sanitários, recepção, área de espera, instalações para os funcionários e ambiente para guarda de documentos e equipamentos.

Tais exigências visam assegurar condições adequadas de segurança, acessibilidade, durabilidade e eficiência operacional para a execução do serviço público de guarda e depósito de veículos e peças apreendidas, em conformidade com as legislações estaduais, municipais e ambientais aplicáveis.

6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para a estimativa de custos da presente contratação será realizado com base na fonte de referência abaixo:

- Conforme orientação da Assistência Policial para Assuntos Financeiros e Orçamentários - APAFO da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi adotado como parâmetro o Art. 3º Inciso II do Decreto Estadual nº 67.888/2023 considerando contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior a data da pesquisa de preços, nesse sentido cumpre esclarecer que os valores de referência foram extraídos do Sistema Terceirizados bem como do Site Compras - SP.

O procedimento observará as diretrizes estabelecidas pelo **Decreto Estadual nº 68.017/2023**.

7. Descrição da solução como um todo

A solução recomendada consiste na **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados**, apreendidos no âmbito da Polícia Judiciária, nos termos do Termo de Referência.

O modelo de execução será estabelecido sob o **regime de preço global**, considerando-se a totalidade dos serviços, infraestrutura, equipamentos, pessoal, sistemas informatizados e demais insumos necessários ao perfeito atendimento das condições contratuais.

A prestação dos serviços será realizada de forma **ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados**, com atendimento contínuo e disponibilidade operacional integral, de acordo com as exigências expressas no Termo de Referência.

Essa configuração visa garantir a continuidade dos serviços essenciais à atividade de Polícia Judiciária, atendendo às necessidades operacionais da 5ª Delegacia Seccional de Polícia e suas unidades subordinadas.

Adicionalmente, a execução do objeto observará rigorosamente os padrões de qualidade, segurança e controle estabelecidos pela Administração Pública, nos termos da legislação vigente e das normas técnicas aplicáveis.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A projeção das quantidades a serem atendidas durante a vigência contratual foi fundamentada com base em dados históricos fornecidos pelas unidades subordinadas à 5ª Delegacia Seccional de Polícia, complementados pelas informações de passivo existente no pátio da empresa anteriormente contratada (NL Serviços de Estacionamento e Empreendimentos de Transporte EIRELI), bem como pela previsão de apreensões futuras.

Os quantitativos estão detalhados a seguir, conforme Tabela 1 do Termo de Referência nº 02/2026:

Categoria

Quantidade Estimada

Passivo nas Delegacias	704 veículos
Passivo no pátio da empresa anterior (NL)	978 veículos
Projeção de Apreensões Futuras (período de 30 meses)	1.287 veículos
Estimativa de Veículos a serem Retirados (30 meses)	537 veículos
Veículos a serem Leiloados (30 meses)	74 veículos

Total estimado de veículos a serem atendidos durante o período contratual: **2.358 veículos**, conforme documento anexo a este ETP.

Para efeito de dimensionamento da área física necessária, considerou-se também a reserva técnica de 10% da área total, destinada a manobras, perícias, vistorias, leilões e demais operações logísticas internas, totalizando a exigência mínima de **20.684,40 m²**, conforme detalhado no Termo de Referência.

Essa estimativa contempla as três categorias principais de veículos (motocicletas, veículos leves e veículos pesados) além de eventuais peças apreendidas, com distribuição proporcional baseada na média histórica de apreensões e retiradas durante o período de referência de 15/07/2022 a 15/01/2025.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.074.351,10

Em conformidade com o disposto pelo **Decreto Estadual nº 67.888/2023**, que regulamenta o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o presente estudo prevê a definição do valor estimado da contratação a partir das seguintes referências:

- Valores praticados por outras Delegacias Seccionais de Polícia, cadastrados no Site Terceirizados, e os valores de Pesquisa de Preços realizada no Site Compras.

VALORES REFERENCIAIS	
Delegacia Seccional	Valor mensal
Delegacia Seccional de Polícia de Taubaté	R\$ 96.092,82
Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí	R\$ 61.342,29
7ª Delegacia Seccional de Polícia	R\$ 50.000,00
MÉDIA MENSAL	R\$ 69.145,04
VALOR TOTAL DO CONTRATO (30 MESES)	R\$ 2.074.351,10

Assim sendo, o valor estimado total da contratação é de **R\$ 2.074.351,10** (dois milhões setenta e quatro mil trezentos e cinquenta e um reais e dez centavos), o que resultou em um valor mensal de **R\$ 69.145,04** (sessenta e nove mil cento e quarenta e cinco reais e quatro centavos), consoante documentos anexados a este ETP.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A concentração da prestação em um único fornecedor é justificada por diversos fatores operacionais e logísticos, dentre os quais se destacam:

- A necessidade de **centralização da gestão e do controle do acervo de veículos apreendidos**, de modo a assegurar a rastreabilidade e a integridade dos bens sob custódia do Estado;
- A inexistência de condições técnicas para que o serviço seja fracionado sem risco de perda de controle sobre os ativos e aumento de custos operacionais;

- A necessidade de garantir **uniformidade de procedimentos, segurança jurídica e facilidade na fiscalização contratual**, que ficariam comprometidas em caso de divisão da solução.

Assim, neste caso específico, a contratação do objeto de forma unificada é a solução mais eficiente, segura e vantajosa para o interesse público, evitando a fragmentação indevida da execução contratual.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação refere-se exclusivamente à prestação do serviço de **depósito e guarda de veículos automotores, motocicletas, veículos pesados e outros tracionados**, apreendidos no âmbito da 5ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP.

Importa destacar que o serviço de **remoção (transporte) dos veículos apreendidos**, desde o local de recolhimento até o pátio da contratada, **não integra o objeto deste certame**. Tal serviço será objeto de **processo licitatório autônomo**, a ser conduzido posteriormente, em consonância com o princípio da segregação de objetos contratuais distintos, previsto na **Lei nº 14.133/2021**.

Essa separação atende à lógica administrativa e operacional, permitindo à Administração Pública melhor controle, fiscalização e gestão de cada serviço, além de propiciar maior competitividade no âmbito de cada contratação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente registrada no **Plano Anual de Contratações (PAC) de 2025** da Polícia Civil do Estado de São Paulo, em atendimento ao que dispõe o **Decreto Estadual nº 67.689/2023**, que regulamenta o planejamento das contratações públicas no âmbito do Estado. Tal inclusão reforça o alinhamento da demanda com o planejamento estratégico institucional e com as diretrizes de governança e gestão orçamentária previstas para o exercício corrente.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação ora proposta proporcionará uma série de benefícios operacionais, logísticos e administrativos para a Polícia Civil do Estado de São Paulo, destacando-se:

- **Redução de riscos operacionais**, decorrentes da atual ausência de contrato vigente para guarda de veículos, situação que perdura desde janeiro de 2025, quando não houve a prorrogação contratual do último fornecedor. Tal lacuna tem gerado sobrecarga nos espaços físicos das delegacias vinculadas à 5ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, ampliando os riscos de danos aos veículos, comprometimento das atividades de Polícia Judiciária e responsabilidades legais por armazenamento inadequado.
- **Garantia de atendimento ininterrupto**, com prestação de serviço em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados, assegurando pronta resposta às necessidades operacionais das unidades policiais subordinadas.
- **Cumprimento rigoroso da legislação ambiental e de segurança**, com exigência formal de apresentação de Licença Ambiental válida, Alvará de Funcionamento e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), assegurando que o serviço seja executado em instalações regulares e seguras.

Adicionalmente, a contratação contribuirá para a melhoria do controle e gestão do acervo de veículos apreendidos, além de garantir a conformidade da Administração Pública com as normas e diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e pelos órgãos de controle.

14. Providências a serem Adotadas

Após a conclusão e aprovação deste Estudo Técnico Preliminar, os próximos passos consistirão na **finalização e consolidação do Termo de Referência**, contendo todas as especificações técnicas, requisitos de desempenho e demais elementos necessários à formalização do processo licitatório.

Concluída essa etapa, proceder-se-á à **montagem completa do processo administrativo de contratação**, por meio do processo SEI, incluindo a análise jurídica, a aprovação orçamentária e a elaboração do edital, em conformidade com as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normativos aplicáveis.

Por fim, será realizada a **publicação do edital de licitação**, com a adoção da modalidade de **Pregão Eletrônico**, conforme definido neste ETP e no Termo de Referência, visando à contratação da empresa especializada para prestação do serviço objeto deste estudo.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Embora a prestação do serviço de guarda e depósito de veículos apreendidos não configure, por si só, uma atividade de alto impacto ambiental, a **Administração Pública exigirá, como condição obrigatória de habilitação, que o pátio a ser disponibilizado pela futura contratada atenda integralmente à legislação ambiental vigente.**

Isso inclui, de forma expressa:

- **Apresentação de Licença de Operação**, emitida pelo órgão ambiental competente, quando o imóvel estiver localizado em área de proteção ambiental ou de manancial.
- **Observância às normas municipais, estaduais e federais relacionadas ao uso e ocupação do solo**, à gestão de resíduos sólidos, ao controle de efluentes líquidos e emissões atmosféricas, bem como à prevenção de contaminações.
- **Adoção de medidas preventivas** para evitar impactos ambientais decorrentes de vazamento de fluidos automotivos, degradação do solo, poluição visual ou geração de resíduos perigosos.

O atendimento a esses requisitos será verificado durante a fase de habilitação e ao longo da execução contratual, mediante fiscalização por parte da Administração, visando assegurar a conformidade ambiental e evitar a imposição de sanções legais ao Estado.

16. AUTORIZAÇÃO - ORDENADOR DE DESPESA

Considerando a urgente necessidade da contratação ora pretendida **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar.

JOSÉ APARECIDO SANCHES SEVERO

Delegado Seccional de Polícia

Ordenador de Despesa

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações constantes deste Estudo Técnico Preliminar, no conteúdo técnico e operacional descrito no respectivo Termo de Referência, bem como nos dados administrativos e estatísticos reunidos no âmbito do processo administrativo nº 058.000125567/2024-71, a equipe técnica responsável declara a viabilidade técnica, jurídica e administrativa da contratação, considerando a relevância, a oportunidade e a necessidade da solução proposta para a continuidade dos serviços prestados pela Polícia Civil do Estado de São Paulo.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LICIA GIULIANA RINALDI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:39:39.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

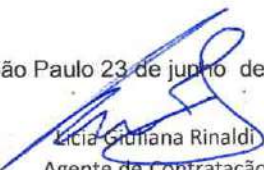
- Anexo I - PLANILHA DE ESTUDO COMPLETA UNIFICADA.pdf (951.74 KB)
- Anexo II - Planilha_orcamentaria_atualizada_valor_do_compras_e_terceirizados_6_de_maioassinado.pdf (438.35 KB)

NÚMERO DE VEÍCULOS E ÁREA - PREGÃO PÁTIO 2025								
Tipos de Veículos	Passivo Delegacias (1)	Passivo Pátio NL (2)	Apreensões Futuras - 30 Meses (3)	Veículos a serem Retirados - 30 Meses (3)	Veículos a serem Leiloados - 30 Meses (3)	Capacidade Total Estimada	Área das Vagas M² Decreto Municipal nº 57.776/2017	Área Total M²
Motociclos	46	397	229	51	18	603	2,00	1.206,00
Veículos Leves	657	568	1.046	478	53	1.740	9,90	17.226,00
Veículos Pesados	1	13	12	8	3	15	24,80	372,00
Total de Veículos	704	978	1.287	537	74	2.358		18.804,00
10% Da área total – Estrutura para execução dos serviços (área de manobras, local para perícia, vistoria, realização de leilão, espaço para compactação dos veículos leiloados).								1.880,40
Área total + 10%								20.684,40

Observações:

- (1) Dados obtidos junto às unidades subordinadas.
- (2) Passivo referente ao Pátio Trevo acrescido dos cálculos baseados nos relatórios de remoções realizados desde o início da vigência do contrato – NL.
- (3) Estimativa calculada com base nas informações provenientes das unidades subordinadas.
- (4) Índice aplicado conforme Decreto Municipal nº 57.776/2017
- (5) Os dados obtidos junto às unidades subordinadas indicaram inexistência de peças apreendidas.

São Paulo 23 de junho de 2025


Lúcia Giuliana Rinaldi
Agente de Contratação

**PASSIVO NO PÁTIO DAS UNIDADES
POLICIAIS**



A TODA REDE DA 5ª DELSECPOL

Caros Senhores Escrivães de Polícia Chefes

De ordem do Excelentíssimo Sr. Delegado de Polícia Coordenador da UGE desta 5ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, **Dr. VANDER CRISTIAN RODRIGUES**, requeiro o preenchimento da planilha em anexo devendo a respectiva resposta ser encaminhada **diretamente** para o e-mail uge.sec05@policiacivil.sp.gov.br até o dia **04/04/2025 (Sexta-Feira) às 12:00.**

Atenciosamente

UGE - 5ª Delegacia Seccional de Polícia

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO DESTA

DD DECAP/5ºSEC/10 DP
Para: DECAP/5ºSEC/Sede 5ºSeccional; DECAP/5ºSEC/Seção Patrimônio

Sex, 04.04.2025 12:00

O remetente da mensagem solicitou uma confirmação de leitura

Enviar recibo

PLANILHA BASE 10 DP PENH...
9 KB

Prezados,

Pelo presente, encaminho planilha preenchida pelo 10º Distrito Policial - Penha de França.

De: DECAP/5ºSEC/Sede 5ºSeccional <leste.decap@policiacivil.sp.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 4 de abril de 2025 10:39

Para: POLICIACIVIL - 5SECCDPS <5SECCDPS@sp.gov.br>

Assunto: ENC: MENSAGEM A TODA REDE DA 5ª DELSECPOL

Prezados, retransmito reiteração, devendo responder diretamente ao e-mail uge.sec05@policiacivil.sp.gov.br, até as 12h de hoje.

Att.

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	8	63	27	0		Quantidade	2	22	13	0

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	1	12	3	0		Quantidade	1	9	2	0

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização



DECAP/5ºSEC/18 DP



Responder

Responder a todos

Encaminhar



Para: DECAP/5ºSEC/Seção Patrimônio

Qui, 03.04.2025 19:49

O remetente da mensagem solicitou uma confirmação de leitura

Enviar recibo



PLANILHA BASE - veiculos.xls

35 KB



Boa Noite Prezados

Conforme solicitado, segue planilha em anexo.

Att

Elymar
18 DP

Recebido.

Ok, recebido.

Planilha recebida.

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		3	2			Quantidade				

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	1	3				Quantidade				

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)									
Veículos apreendidos pelo DP									
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização	
42 DP	02.02.25	Leve	GXC 2041	GM	Corsa Wind	Azul	BQ 6050-1/25 - IPe 2037889-72.2025	18 DP	
42 DP	08.03.25	Moto	SUP 1A41	Honda	Fan 160	Preta	DN 3286-1/25 - Ipe 2097043-71.2025	18 DP	
42 DP	21.02.25	Leve	DBU 8474	Peugeot	206 Soleil	Vermelho	CS 4382 / 25 - IPe 2065955-46.2025	18 DP	



Oswaldo Fantucci Junior
Para: DECAP/5ºSEC/Seção Patrimônio

😊 ← Responder ↩ Responder a todos ➡ Encaminhar 🔗 📄 ...

Seg, 07.04.2025 13:02

 PLANILHA BASE.xls
35 KB

▼

Exmo. Sr. Delegado de Policia

Cumprimentando-o cordialmente, cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência a anexa planilha referente apreensões de veículos desta unidade policial.
Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Marcel Druziani
Delegado de Policia Titular

...

Recebido.

Acuso o recebimento.

Ok, recebido.

← Responder

➡ Encaminhar

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade			3			Quantidade	0			

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		2				Quantidade	0			

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DP's para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
31	10/26/2024	moto	s/placa	zontes	400	PRETA	OY9791/24	PATIO 21 DP
31	11/20/2024	moto	RMH9H49	HONDA	CG160	PRETA	QA3292/24	PATIO 21 DP
31	12/4/2024	moto	FNV1430	YAMAHA	YBR	PRETA	QS4830/24	PATIO 21 DP

📄

PLANILHA BASE VEICULOS.xls

35 KB

▼

📄

PLANILHA BASE.xls

29 KB

▼

2 anexos (63 KB) Salvar tudo no OneDrive – PRODESP Baixar tudo

EXMO.SR.DR.
VANDER CRISTIAN RODRIGUES
DELEGADO DE POLÍCIA
UGE - 5ª DELSECPOL

SEGUE EM ANEXO A PLANILHA DEVIDAMENTE PREENCHIDA.

OUTROSSIM, INFORMO AINDA QUE SE ENCONTRAM NO PÁTIO DO DP AS MOTOS ABAIXO RELACIONADAS (2024)

Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
29DP	04/10/2024	MOTO	EQJH49	YAMAHA	YBR150	VERMELHA	NQ6013/24	
42DP	18/11/2024	MOTO	NVY0866	HONDA	CG125	PRETA	PW7163/24	

ATT.
FABIO DO AMARAL ALCANTARA
DELEGADO DE POLÍCIA TITULAR
29º DP - VILA DIVA

TRT
ELISABETE AP. STOPA
ESCRIVÃ DE POLÍCIA

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		6	6			Quantidade				

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		5	1			Quantidade				

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização



DECAP/5ºSEC/30 DP



Responder

Responder a todos

Encaminhar



Para: DECAP/5ºSEC/Seção Patrimônio

Qui, 03.04.2025 20:05

Cc: Marcos Galli Casseb

Alta prioridade



Exmo. Sr. Dr.
Vander Cristian Rodrigues
Delegado de Polícia Coordenador da
UGE da 5ª Delegacia Seccional de Polícia - Leste

Cumprimento-o cordialmente e, via do presente, atendendo o solicitado na mensagem abaixo, encaminho anexo planilha contendo dados relativos aos veículos apreendidos nesta Distrital.

Respeitosamente,



POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL - DECAP
5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - LESTE
30º DISTRITO POLICIAL - TATUAPÉ
Rua Antonio Camargo, nº 69 - Jatuapé - São Paulo/SP
CEP: 03309-000 - telefone: (11) 2295-7901 / (11) 2341-9546

Marcos Galli Casseb
Delegado de Polícia Titular

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	4	186	41	1		Quantidade	4	118	10	0

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	8	137	44	0		Quantidade	4	73	18	0

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
30ª	1/25/2025	MOTO	GEZ-1D09	HONDA	CG 125	VERDE	BG5994/2025	ESTACION. DP
30ª	1/31/2025	VEÍCULO LEVE	FRX-6G82	HYUNDAI	IX35	BRANCA	BO5333/2025	ESTACION. DP
30ª	2/24/2025	MOTO	CFZ-4H22	HONDA	CG 160	PRETA	CW6742/2025	ESTACION. DP
30ª	2/25/2025	MOTO	GHU-3199	HONDA	CG 160	PRETA	CZ5049/2025	ESTACION. DP
30ª	2/26/2025	VEÍCULO LEVE	CKT-2A09	GM	CORSA	PRATA	DA8983/2025	ESTACION. DP
30ª	2/27/2025	MOTO	GFX-7D32	YAMAHA	NMAX	BRANCA	DC9438/2025	ESTACION. DP
30ª	3/10/2025	VEÍCULO LEVE	EYI-3E79	HONDA	CIVIC	PRATA	DP4276/2025	ESTACION. DP
30ª	3/10/2025	VEÍCULO LEVE	RNA-3G00	VW	GOL	PRATA	DO7455/2025	ESTACION. DP
30ª	3/19/2025	MOTO	FTY-5D76	MOTTUS	SPORT 110	PRETA	EC8103/2025	ESTACION. DP
30ª	3/25/2025	VEÍCULO LEVE	HMV-6H18	SUZUKI	GRAN VITARA	PRATA	EK6965/2025	ESTACION. DP
30ª	3/25/2025	VEÍCULO LEVE	DPP-1A30	GM	ASTRA	PRETA	EK6965/2025	ESTACION. DP
30ª	3/26/2025	VEÍCULO LEVE	KDM-2I16	VW	GOL	BRANCA	EL6791/2025	ESTACION. DP
30ª	3/27/2025	MOTO	DLX-9B31	HONDA	CG 150	AZUL	EO5486/2025	ESTACION. DP
30ª	4/2/2025	VEÍCULO LEVE	JCN-6I52	HYUNDAI	CRETA	PRETA	EV5316/2025	ESTACION. DP

De: DECAP/5ºSEC/31 DP <dp031.spaulo@policiacivil.sp.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 4 de abril de 2025 13:26
Para: DECAP/5ºSEC/Sede 5ºSeccional <leste.decap@policiacivil.sp.gov.br>
Assunto: RE: MENSAGEM A TODA REDE DA 5ª DELSECPOL

Exmo. Sr. Dr. VANDER CRISTIAN RODRIGUES
Delegado de Polícia Coordenador
UGE - 5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA

Encaminho a Vossa Excelência, planilha base do 31º DP

Att.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL - DECAP
5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - LESTE
31º DISTRITO POLICIAL – VILA CARRÃO

JOÃO ROBERTO DE LEMOS BARBASSA
Delegado de Polícia Titular

Avenida Conselheiro Carrão, 2580 – Vila Carrão
São Paulo/ SP – CEP - 03402-002
joao.barbassa@policiacivil.sp.gov.br
(11) 2094-3246

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024									
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio			
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Outros tracionados e peças
Quantidade		1	2			Quantidade			

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025									
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio			
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Outros tracionados e peças
Quantidade						Quantidade			

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DP's para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
31ª DP	1/18/2025	MOTO	CNV9303	HONDA	CG160 CARGI	BRANCO	AW6465	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	2/5/2025	MOTO	AUSENTE	HONDA	CG125	VERMELHO	BW2888	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	2/21/2025	LEVE	CLC1D73	FIAT	PALIO ED	AZUL	CT9850	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/7/2025	LEVE	BRM8300	GM	CORSA	PRETA	DM2032	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/7/2025	LEVE	BRM8300	GM	CORSA	PRETA	DM2032	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/17/2025	LEVE	BES4E97	FORD	KA SE	BRANCO	DZ3094	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/17/2025	MOTO	FOX0H84	HONDA	CG160 START	PRETA	DZ3094	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/17/2025	MOTO	TLX5H43	HONDA	CG160 START	PRETA	DZ3094	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/26/2025	LEVE	EW9D85	CHEV	ONIX PLUS	PRATA	EM7882	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/27/2025	LEVE	DLC3J88	VW	FOX 1.0	PRATA	EN2273	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	4/1/2025	LEVE	EGX4E33	FORD	ECOSPORT	BRANCO	EU6886	PATIO DA UNIDADE
		VEICULOS DE OUTROS ANOS						
31ª DP	5/17/2023	MOTO	GAi6i25	HONDA	CG 160 FAN	PRATA	GO2109/23	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	10/11/2023	LEVE	AGA0A79	GM	ASTRA	PRATA	NK0073/23	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	12/10/2023	LEVE	HFG1C60	HONDA	FIT	CINZA	QK7834/23	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	10/20/2023	LEVE	EJU3014	GM	MERIVA	PRETA	NX4648/23	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	11/2/2024	LEVE	BGR0C57	VW	SANTANA	CINZA	PD1448/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	12/4/2024	MOTO	FNV1430	YAMAHA	YBR	VERMELHA/PR	QS4830/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	12/4/2024	LEVE	STQ0E01	HYUNDAI	CRETA	BRANCO	Q57324/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	11/5/2024	LEVE	FMI4A88	FORD	FIESTA	PRATA	PH4052/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	11/5/2024	MOTO	EKK6D32	HONDA	CG 125	VERMELHO	PH3250/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/7/2024	MOTO	EOS6615	HONDA	CG 125	AZUL	NW6975/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	8/11/2024	MOTO	ORF0228	HONDA	PCX 150	BRANCO	KW4411/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	12/12/2024	LEVE	DKQ9612	VW	GOL	PRATA	RF3566/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	6/13/2024	MOTO	AUSENTE	YAMAHA	YBR	VERMELHA/PR	IB9157/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	6/14/2024	LEVE	CPX0313	GM	CORSA	PRETO	IE4616/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/17/2024	MOTO	SSV3F59	HONDA	CG 160 FAN	VERMELHO	DT2857/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	4/17/2024	LEVE	COF5172	GM	CHEVETTE	VERDE	FI0975/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	3/19/2024	MOTO	DVU9381	SUZUKI	A50	AZUL	DW6549/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	7/19/2024	MOTO	EQU9A67	HONDA	CG 160 FAN	CINZA	JV9300/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	10/19/2024	LEVE	CHQ8270	FIAT	UNO MILE	PRETO	OL1623/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	11/20/2024	MOTO	RMH9H49	HONDA	CG 160 FAN	PRETO	QA3292/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	11/21/2024	LEVE	CEFS186	GM	CORSA	CINZA	QC1764/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	5/23/2024	LEVE	DGN4822	CIETROEN	XSARA	PRETA	HB2852/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	2/24/2024	LEVE	DIH1914	PEUGEOT	206 SOLEIL	CINZA	CP9486/24	PATIO DA UNIDADE
31ªDP	1/25/2024	MOTO	JCD3868	HONDA	CG 160 FAN	PRETA	BE8466/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	4/26/2024	MOTO	GHT5J37	HONDA	CG 160 TITAN	AZUL	FU6475/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	10/26/2024	MOTO	AUSENTE	ZONTES	DOMINAR	CINZA	OT9791/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	1/28/2024	LEVE	DLG1797	GM	CELTA	AZUL	BH3654/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	8/28/2024	LEVE	BTC6H56	GM	CORSA	PRATA	LU3991/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	6/29/2024	MOTO	EKL0D19	HONDA	LEAD	VERMELHO	IX0367/24	PATIO DA UNIDADE
31ª DP	11/29/2024	PESADO	DZV4453	FIAT	DOBLO	CINZA	QM1914/24	PATIO DA UNIDADE



Marcio Luis Milanesi

Para: DECAP/5ºSEC/Seção Patrimônio



Responder



Responder a todos



Encaminhar



Sex, 04.04.2025 11:15



PLANILHA BASE VEÍCULOS 4...

37 KB



Prezados(as), bom dia.

Com este, encaminho planilha em anexo devidamente preenchida.

Att.
Milanesi
42ºDP-Parque São Lucas



VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		8	2			Quantidade		1		

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	1	838	2			Quantidade		223	2	

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
42º	4/5/2023	MOTO	CDO9509	HONDA	H 125	PRETA	EP3417/2023	PÁTIO DELEGACIA
42º	10/31/2023	MOTO	EQS0458	HONDA	LEAD	PRETA	OK8995/2023	PÁTIO DELEGACIA
42º	6/13/2024	MOTO	CJG9957	HONDA	CG160 START	VERDE	IB3598/2024	PÁTIO DELEGACIA
42º	10/14/2024	MOTO	ENI5I39	YAMAHA	50 FAZER	BRANCA	OD8792/2024	PÁTIO DELEGACIA
42º	12/11/2024	MOTO	GCK8F81	HONDA	POP	PRETA	RC7346/2024	PÁTIO DELEGACIA
42º	12/11/2024	MOTO	EWB3B60	KAWASAKI	VERSYS	VERMELHA	RC7346/2024	PÁTIO DELEGACIA
42º	1/9/2025	MOTO	KWI6909	HONDA	150 FAN	AZUL	AK5394/2025	PÁTIO DELEGACIA
42º	1/21/2025	MOTO	BFZ7A68	HONDA	125 TITAN	CINZA	BB0886/2025	PÁTIO DELEGACIA
42º	2/21/2025	MOTO	GFL9E26	HONDA	XRE 300	VERMELHA	CT1109/2025	PÁTIO DELEGACIA
42º	3/31/2025	MOTO	DTK2G06	HONDA	CG150 TITAN	PRETA	EK4171/2025	PÁTIO DELEGACIA
42º	2/6/2025	LEVE	RMS9C20	FIAT	ARGO 1.0	BRANCO	BX0337/2025	PÁTIO DELEGACIA
42º	3/5/2025	LEVE	DIA6J84	VW	GOL SPECIAL	CINZA	EG6536	PÁTIO DELEGACIA
42º	3/22/2025	LEVE	CXP9A78	VW	GOL SPECIAL	VERMELHO	DJ3298/2025	PÁTIO DELEGACIA



Eduardo Jose Rodrigues

😊 ↩ Responder ↩ Responder a todos ➡ Encaminhar 🗺 📅 ⋮

Para: 📧 DECAP/5ºSEC/Seção Patrimônio

Sex, 04.04.2025 10:30

 PLANILHA BASE 52º DP.xls
35 KB

▼

Caros colegas, bom dia!!
Segue anexo a planilha base de apreensões de veículos, devidamente preenchida. Atualmente não se encontram veículos apreendidos na Unidade Policial.

Att,



Departamento de Polícia Judiciária da Capital
5ª Delegacia Seccional de Polícia
52 Distrito Policial - Parque São Jorge

Eduardo José Rodrigues
Escrivão de Polícia

Rua Dr. Corinto Balduino Costa 400, São Paulo, SP, 03069-070
eduardo.rodrigues2@policiacivil.sp.gov.br
(11) 2693-3640

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		4	4			Quantidade		2		

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		5				Quantidade		1		

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização

De: DECAP/5ºSEC/56 DP <dp56.decap@policiacivil.sp.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 4 de abril de 2025 11:31

Para: DECAP/5ºSEC/Sede 5ºSeccional <leste.decap@policiacivil.sp.gov.br>

Assunto: RE: MENSAGEM A TODA REDE DA 5ª DELSECPOL

Exma. Sra. Delegada de Polícia da UGE,

Encaminho planilha devidamente preenchida.

At.te,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP
5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA
56ª DELEGACIA DE POLÍCIA – VILA ALPINA

KÁTIA DOMINGUES SALVATORI
DELEGADA DE POLÍCIA TITULAR

Rua Dra. Esmeralda Mendes Policene, nº 264 - Vila Alpina - São Paulo / SP -
CEP: 03226-030
dp56.decap@policiacivil.sp.gov.br
Fone: (11) 2341-1637 / 2341-3425

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		26	15			Quantidade		3	1	

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		9	15			Quantidade		1	1	

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
56	1/9/2025	MOTO	RDT7162	YAMAHA	FAZER	VERMELHA	AL0052/25	PATIO DP
56	1/24/2025	LEVE	GQC9428	PEUGEOT	GRIFFE A	PRATA	RY0367/2024	PATIO DP
56	1/22/2025	LEVE	PWO5H93	FIAT	UNO VIVACE	PRETO	BC8791/2025	PATIO DP
42	1/24/2025	LEVE	EYB0H88	HONDA	CRV	PRATA	BE5936/2025	PATIO DP
42	1/18/2025	MOTO	GJR8H94	YAMAHA	FAZER 25	BRANCA	AW4503/2025	PATIO DP
56	2/13/2025	MOTO	SVQ7F97	HONDA	CG 160 START	PRATA	CG8263/2025	PATIO DP
56	3/14/2025	MOTO	EZY9606	HONDA	CG 160 START	CINZA	DV3171/2025	PATIO DP
42	3/26/2025	MOTO	SVS0H27	HONDA	BIZ 125	BRANCA	EL4646/2025	PATIO DP
42	3/27/2025	LEVE	PVH3I95	FORD	KA SE	PRATA	EN8013/25	PATIO DP

De: DECAP/5ºSEC/57 DP <dp057.spaulo@policiacivil.sp.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 4 de abril de 2025 11:25
Para: DECAP/5ºSEC/Sede 5ºSeccional <leste.decap@policiacivil.sp.gov.br>
Assunto: RE: MENSAGEM A TODA REDE DA 5ª DELSECPOL

Exmo. Sr. Dr. VANDER CRISTIAN RODRIGUES
Delegado de Polícia - Coordenador UGE

Encaminho a Vossa Excelência planilha base de veículos do 57ºDP. Cumpre informar que além do veículo relacionado na planilha há outros veículos que foram apreendidos no ano de 2024 e não haviam sido encaminhados ao pátio por dependerem de exame metalográfico para eventual identificação, ou aguardavam localização de eventual proprietário para devolução e que atualmente estão disponíveis para remoção, sendo:

Delegacia da apreensão	data da apreensão	tipo de veículo	Placas	Marca	Modelo	Cor	RDO/IP/TC	Localização
42ºDP	09/05/2024	leve	IAG5225	RENAULT	SANDERO	PLATA	GJ5671/24	57ºDP
57ºDP	20/08/2024	MOTO	S/PLACAS	YAMAHA	NMAX	VERMELHO	PX2102/2023	57ºDP

Atenciosamente

Rodrigo Cortelline
Escrivão de Polícia
57ºDP - Pq da Mooca

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	0	1	2	0		Quantidade	0	0	0	0

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	0	0	0	0		Quantidade	0	0	0	0

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
57ºDP	13.01.2025	leve	PHJ2C29	FORD	KA	BRANCO	AO0584/2025	57ºDP



DECAP/5ºSEC/58 DP



Responder

Responder a todos

Encaminhar



Para: DECAP/5ºSEC/Seção Patrimônio

Qui, 03.04.2025 18:02

O remetente da mensagem solicitou uma confirmação de leitura

Enviar recibo



PLANILHA BASE.xls
40 KB



São Paulo, 03 de abril de 2025

Excelentíssimo Sr. Dr.
VANDER CRISTIAN RODRIGUES
Delegado de Polícia - UGE

Com os meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência a planilha base, referente aos veículos apreendidos nos períodos solicitados.

Atenciosamente
LEONARDO POPZZI LOVERSO
Delegado de Polícia Titular

Recebido.

Acuso o recebimento.

Confirmo o recebimento.



Responder



Encaminhar

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		1				Quantidade		1		

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade		2				Quantidade		1		

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
30ºDP	3/26/2025	MOTOCICLO	FLP1G75	HONDA	CG160 START	VERMELHA	EN0527/2025	RUA: MORORÓ,400



DECAP/5ºSEC/81 DP

Para: DECAP/5ºSEC/Seção Patrimônio

Cc: Vander Cristian Rodrigues

 PLANILHA BASE - 81º D.P...xls
36 KB

Exmo Sr. Dr. Delegado de Polícia da UGE

Segue planilha base.

Atenciosamente,

GREICE RENATA GANDOLPHI
Delegada de Polícia Titular do 81º D.P. - Belém



Responder



Responder a todos



Encaminhar



Qua, 02.04.2025 19:29

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	0	11	0	0		Quantidade	0	12	4	0


VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	0	2	1	0		Quantidade	0	0	0	0


VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
30ª D.P.	2/12/2025	Automovel	EET7887	BMW	I/BMW 118I UE71	Prata	CG0023-1/2025	Pátio do 81º D.P.


D5


DECAP/5ºSEC/Sede 5ºSeccional


Para: @ DECAP/5ºSEC/Seção Patrimônio





 Responder

 Responder a todos

 Encaminhar







Sex, 04.04.2025 12:08

 PLANILHA BASE.xls

35 KB



De: DECAP/5ºSEC/CERCO <cerco.5sec@policiacivil.sp.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 4 de abril de 2025 12:07
Para: DECAP/5ºSEC/Sede 5ºSeccional <leste.decap@policiacivil.sp.gov.br>
Assunto: RE: MENSAGEM A TODA REDE DA 5ª DELSECPOL

Prezados, boa tarde

Segue a planilha devidamente preenchida.

Atenciosamente.

Bruna Baldini
Escrivã de Polícia
CERCO

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2023 E JANEIRO/2024										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	7	15	1			Quantidade	5	4		

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2024 E JANEIRO/2025										
Veículos enviados ao pátio						Veículos devolvidos aos proprietários, após envio ao pátio				
	Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças			Veículos pesados	Veículos leves	Motocicletas	Outros tracionados e peças
Quantidade	10	13	3			Quantidade	5	7		

VEÍCULOS APREENDIDOS ENTRE JANEIRO/2025 E MARÇO/2025 (Que se encontram nos DPs para serem enviados ao pátio)								
Veículos apreendidos pelo DP								
Delegacia da apreensão	Data apreensão	Tipo de Veículo (leve, pesado, moto, peças)	Placas	Marca	Modelo	COR	RDO/IP/TC	Localização
CERCO	2-Apr	Pesado	EGI3C15	FIAT	DUCATO	BRANCO	EW2308	Pátio da unidade
CERCO	25-Feb	Leve	ISW6C05	FIAT	500 Cult	BRANCO	cy9309 - 05/25	Pátio Tatuapé
CERCO	27-Feb	Pesado	FGPLa31	Chevrolet	Trailblazer	Preta	DD2221/25 06/2	Pátio da unidade

De: DECAP/5ºSEC/5ºDDM <ddm.sec05@policiacivil.sp.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 2 de abril de 2025 17:56
Para: DECAP/5ºSEC/Sede 5ºSeccional <leste.decap@policiacivil.sp.gov.br>
Assunto: RE: MENSAGEM A TODA REDE DA 5ª DELSECPOL

Prezados Srs.,

Cumprimentando-os cordialmente, informamos que não há registro de apreensão de veículos nesta delegacia nos prazos compreendidos, razão pela qual se deixa de preencher a correspondente planilha.

Atenciosamente,

CRISTIANE NOBREGA DE CASTRO
Escrivã de Polícia Chefe
5 DDM

**VEÍCULOS REMOVIDOS DO PÁTIO TREVO
PARA O PÁTIO NL
(Início do Novo Contrato)**

VEÍCULOS NO PÁTIO DE ARAÇARIGUAMA

Status	B.O.	Delegacia	Seccional	Envelope	Placa	Marca	Modelo	Cor
No Pátio	6050/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23439	BYV 5206	HONDA	CG 150	VERMELHA
No Pátio	6784/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23445	DJX 6808	HONDA	CG 150 TITAN ESD	PRETA
No Pátio	3514/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23449	DUV 0615	HONDA	CG 125 FAN	PRETA
No Pátio	1006/20	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23452	DYW 3059	JTA/SUZUKI	EN 125 YES	PRATA
No Pátio	7000/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23451	FNT 9789	HONDA	POP 110I	PRETA
No Pátio	6739/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23446	FQY5210	HONDA	CB 300	PRETA
No Pátio	6050/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23440	GAF 2267	YAMAHA	FAZER 150	VERMELHA
No Pátio	7008/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23442	GCG 9148	HONDA	PCX150	PRETA
No Pátio	7008/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23441	OSC 9708	HONDA	XRE 300	VERMELHA
No Pátio	3677/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23444	S/PLACA	HONDA	POP 100	AZUL
No Pátio	6559/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	05 - LESTE	23448	S/PLACA	HONDA	PCX150	CINZA
No Pátio	mar/16	05 - BELEM	5 - Leste	18452	EJI4963	RENAULT	LOGAN	PRATA
No Pátio	239/17	05 - BELEM	5 - Leste	22146	ELK4281	VOLKSWAGEM	GOL	PRETA
No Pátio	mar/16	05 - BELEM	5 - Leste	18454	ERZ6782	PEUGEOT	207SW	PRATA
No Pátio	jul/18	05 - BELEM	5 - Leste	22326	S/PLACA	SUZUKI	JTA INTRUDER 125	PRETA
No Pátio	1123/16	10 - PENHA	5 - LESTE	16621	ALO9708	GENERAL MOTORS	CELTA	CINZA
No Pátio	10726/16	10 - PENHA	5 - LESTE	20900	ANM1580	FIAT	PALIO FIRE FLEX	PRATA
No Pátio	2078/14	10 - PENHA	5 - LESTE	1091	AOT0834	GENERAL MOTORS	CELTA	PRATA
No Pátio	9723/13	10 - PENHA	5 - LESTE	1302	BGU8133	FIAT	UNO	CINZA
No Pátio	268/17	10 - PENHA	5 - LESTE	21050	BMP2162	VOLKSWAGEM	GOL CLI	PRATA
No Pátio	8454/13	10 - PENHA	5 - LESTE	1089	BNC0548	SUBARU	IMPREZA	CINZA
No Pátio	2006/18	10 - PENHA	5 - Leste	22415	BOR-3038	GENERAL MOTORS	KADETT	PRATA
No Pátio	9215/15	10 - PENHA	5 - LESTE	7161	BPN8562	VOLKSWAGEM	KOMBI	BRANCA
No Pátio	TC900052/1	10 - PENHA	5 - LESTE	17149	BTG6635	FIAT	UNO	CINZA
No Pátio	5906/16	10 - PENHA	5 - LESTE	19889	BXW7388	HONDA	NX 200	AZUL
No Pátio	917/15	10 - PENHA	5 - LESTE	1978	BYR8269	HONDA	CBX 250 TWISTER	VERMELHA
No Pátio	891/16	10 - PENHA	5 - LESTE	19159	BZH1161	FIAT	FIORINO	BRANCA
No Pátio	8671/16	10 - PENHA	5 - LESTE	20384	BZT2119	VOLKSWAGEM	KOMBI	BRANCA
No Pátio	9481/14	10 - PENHA	5 - LESTE	1087	CAT5628	VOLKSWAGEM	VOYAGE	CINZA

No Pátio	2204/16	10 - PENHA	5 - LESTE	18555	CCL9635	GENERAL MOTORS	CHEVETTE	VERMELHA
No Pátio	3081/16	10 - PENHA	5 - LESTE	18710	CDP8044	Yamaha	XJ6	VERMELHA
No Pátio	106/16	10 - PENHA	5 - LESTE	19214	CML0822	Fiat	Premio	PRATA
No Pátio	10654/16	10 - PENHA	5 - LESTE	20872	CNB8725	VOLKSWAGEM	GOL MI	VERDE
No Pátio	10597/12	10 - PENHA	5 - LESTE	1103	CNC4069	VOLKSWAGEM	SANTANA	.
No Pátio	900069/15	10 - PENHA	5 - LESTE	1956	CQP1725	HONDA	CG 125	VERDE
No Pátio	9235/15	10 - PENHA	5 - LESTE	7256	CSC9801	VOLKSWAGEM	PASSAT	CINZA
No Pátio	10285/18	10 - PENHA	5 - Leste	22762	CVF6763	HONDA	CG 125	PRATA
No Pátio	1431/18	10 - PENHA	5 - Leste	22316	CVG-5965	HONDA	CG 150 CARGO	BRANCA
No Pátio	6108/16	10 - PENHA	5 - LESTE	19717	CWB6336	Renault	Scenic	CINZA
No Pátio	10247/14	10 - PENHA	5 - LESTE	1023	CZK7215	FORD	KA	AZUL
No Pátio	8687/13	10 - PENHA	5 - LESTE	948	CZX0927	FIAT	UNO	LARANJA
No Pátio	2116/17	10 - PENHA	5 - LESTE	21304	DAQ6057	GENERAL MOTORS	ASTRA GL	VERMELHA
No Pátio	6661/16	10 - PENHA	5 - LESTE	19869	DDF7423	GM	CORSA	PRETA
No Pátio	7773/13	10 - PENHA	5 - LESTE	1102	DGJ6443	FIAT	PALIO	CINZA
No Pátio	401/14	10 - PENHA	5 - LESTE	1086	DGW0897	PEUGEOT	206	CINZA
No Pátio	11964/18	10 - PENHA	5 - Leste	22753	DHA7052	HONDA	CG 125 TITAN KSE	VERDE
No Pátio	1894/18	10 - PENHA	5 - Leste	22329	DHL-3106	HONDA	CG 125 TITAN	VERDE
No Pátio	6538/18	10 - PENHA	5 - Leste	22761	DJS6237	HONDA	CG 125 FAN	VERMELHA
No Pátio	5925/16	10 - PENHA	5 - LESTE	19670	DMN3005	VOLKSWAGEM	PARATI	BRANCA
No Pátio	6139/13	10 - PENHA	5 - LESTE	1100	DMW1730	GENERAL MOTORS	CELTA	CINZA
No Pátio	1731/17	10 - PENHA	5 - LESTE	21275	DNN9728	HONDA	CBX 250 TWISTER	PRATA
No Pátio	9679/15	10 - PENHA	5 - LESTE	8413	DOT4731	GENERAL MOTORS	CELTA	PRETA
No Pátio	8908/15	10 - PENHA	5 - LESTE	6488	DRM0260	FIAT	PALIO	CINZA
No Pátio	3844/16	10 - PENHA	5 - LESTE	19077	DRX6525	HONDA	CG 125	PRETA
No Pátio	900009/14	10 - PENHA	5 - LESTE	7341	DRZ9578	SUZUKI	EN 125 YES	AZUL
No Pátio	10333/15	10 - PENHA	5 - LESTE	10196	DWR0715	FORD	FIESTA	PRATA
No Pátio	3955/14	10 - PENHA	5 - LESTE	7349	DWV9812	HONDA	CG 125	CINZA
No Pátio	6409/16	10 - PENHA	5 - LESTE	20316	DYB4840	VOLKSWAGEM	GOL 1.0	BRANCA
No Pátio	2378/17	10 - PENHA	5 - LESTE	21320	DYV9402	SUNDOWN	HUNTER 125 SE	PRETA
No Pátio	458/15	10 - PENHA	5 - LESTE	1935	ECB6847	HONDA	CG 150	CINZA
No Pátio	9494/16	10 - PENHA	5 - LESTE	20583	EFF2523	HONDA	CG 150 TITAN KS	CINZA

No Pátio	9970/18	10 - PENHA	5 - Leste	22759	EFK8450	HONDA	CG 150 TITAN ES	PRETA
No Pátio	9113/16	10 - PENHA	5 - LESTE	20604	EGB0832	GENERAL MOTORS	CELTA 4P SPIRIT	CINZA
No Pátio	10118/18	10 - PENHA	5 - Leste	22757	EHG4550	HONDA	CG 125 FAN ES	AZUL
No Pátio	5440/17	10 - PENHA	5 - Leste	21561	EHW6746	YAMAHA	FAZER 250	PRATA
No Pátio	4357/18	10 - PENHA	5 - Leste	22756	EHW8217	YAMAHA	FAZER 150	PRETA
No Pátio	9706/14	10 - PENHA	5 - LESTE	947	EMS5330	GM	CORSA	PRETA
No Pátio	5415/13	10 - PENHA	5 - LESTE	7353	EOS6765	SUZUKI	BANDIT 650	PRETA
No Pátio	804/18	10 - PENHA	5 - Leste	22322	EQP-7809	HONDA	CG 125FAN KS	VERMELHA
No Pátio	1883/14	10 - PENHA	5 - LESTE	7346	FWH9916	HONDA	CB 300 R	VERMELHA
No Pátio	1037/18	10 - PENHA	5 - Leste	22323	EXC-8882	JTA	SUZUKI BURGMAN	VERMELHA
No Pátio	11980/12	10 - PENHA	5 - LESTE	1930	EXE7705	HONDA	CB 600	VERDE
No Pátio	115/18	10 - PENHA	5 - Leste	22321	EXG-1651	DAFRA	KANSAS 150	PRETA
No Pátio	990/18	10 - PENHA	5 - Leste	22315	FLY-8868	I/YAMAHA	YZF R1	AMARELA
No Pátio	10424/17	10 - PENHA	5 - Leste	22234	FSB1343	YAMAHA	FAZER YS250	PRETA
No Pátio	7723/16	10 - PENHA	5 - LESTE	20159	HAS3673	HONDA	CG 125	AMARELO
No Pátio	4208/18	10 - PENHA	5 - Leste	22750	HHU9049	HONDA	CBX 250 TWISTER	VERMELHA
No Pátio	900048/17	10 - PENHA	5 - LESTE	21331	HLV7187	HONDA	CB 300 R	AMARELA
No Pátio	7531/15	10 - PENHA	5 - LESTE	979	IRN5020	IMP	HYUNDAI HR	BRANCA
No Pátio	11680/18	10 - PENHA	5 - Leste	22754	LBK1458	HONDA	CBX 200 STRADA	ROXA
No Pátio	7432/15	10 - PENHA	5 - LESTE	7360	LQV0727	HONDA	CG 150	BRANCA
No Pátio	10960/18	10 - PENHA	5 - Leste	22749	MUX1640	HONDA	CG 125	BRANCA
No Pátio	900132/17	10 - PENHA	5 - Leste	21864	NBB8199	HONDA	CBR 600	VERMELHA
No Pátio	9429/16	10 - PENHA	5 - LESTE	20529	PVI9542	GM	ONIX 1.4AT LT	PRATA
No Pátio	161/18	10 - PENHA	5 - Leste	22269	S/PLACA	HONDA	CG 150	VERMELHA
No Pátio	178/18	10 - PENHA	5 - Leste	22277	S/PLACA	HONDA	CROSS	AZUL
No Pátio	1565/18	10 - PENHA	5 - Leste	22325	S/PLACA	SUZUKI	SUZUKI	PRETA
No Pátio	1632/18	10 - PENHA	5 - Leste	22319	S/PLACA	YAMAHA	FAZER	PRETA
No Pátio	370/18	10 - PENHA	5 - Leste	22320	S/PLACA	TWISTER	CBX 250	VERMELHA
No Pátio	496/18	10 - PENHA	5 - Leste	22317	S/PLACA	HONDA	HONDA	PRETA
No Pátio	1196/18	10 - PENHA	5 - Leste	22335	S/PLACA	VOLKWAGEM	GOL	INCENDIADO
No Pátio	11886/13	10 - PENHA	5 - LESTE	1654	S/PLACA	HONDA	CG 125	AZUL
No Pátio	4305/15	10 - PENHA	5 - LESTE	1838	S/PLACA	YAMAHA	CRYPTON	VERDE

No Pátio	8027/15	10 - PENHA	5 - LESTE	2426	S/PLACA	HONDA	CG 150 TITAN KS	VERMELHA
No Pátio	10406/18	10 - PENHA	5 - Leste	22758	S/PLACA	HONDA	CBX 250 TWISTER	AMARELA
No Pátio	10524/18	10 - PENHA	5 - Leste	22755	S/PLACA	HONDA	CG 125	AZUL
No Pátio	4343/18	10 - PENHA	5 - Leste	22760	S/PLACA	SHINERAY	SHINERAY 49CC	VERMELHA
No Pátio	4585/18	10 - PENHA	5 - Leste	22747	S/PLACA	HONDA	CG 150	PRETA
No Pátio	8232/18	10 - PENHA	5 - Leste	22752	S/PLACA	HONDA	CG 125	AMARELA
No Pátio	900038/18	10 - PENHA	5 - Leste	22408	THG0080	HONDA	CG	AZUL
No Pátio	5217/15	18 - MOOCA	5 - LESTE	6448	AIY6328	FIAT	PALIO	BRANCA
No Pátio	689/16	18 - MOOCA	5 - LESTE	19329	AJJ9243	VOLKSWAGEM	GOL	VERMELHA
No Pátio	2312/13	18 - MOOCA	5 - Leste	6446	BND1477	FORD	ESCORT	AZUL
No Pátio	1709/18	18 - MOOCA	5 - Leste	23304	BZH9718	FIAT	UNO ELETRONIC	AZUL
No Pátio	1445/17	18 - MOOCA	5 - Leste	23299	CEH0932	FIAT	PALIO	CINZA
No Pátio	750/18	18 - MOOCA	5 - Leste	23297	CHJ9137	GM	CORSA WIND	VERMELHA
No Pátio	1646/15	18 - MOOCA	5 - LESTE	14812	CWF0008	MITSUBISHI	PAJERO	PRATA
No Pátio	1297/19	18 - MOOCA	5 - Leste	23296	DCF1383	JEEP	CHEROKEE SPORT	PRETA
No Pátio	7071/19	18 - MOOCA	5 - Leste	23298	DGM5506	HONDA	CG 125 TITAN KSE	VERMELHA
No Pátio	1653/18	18 - MOOCA	5 - Leste	23301	DIK3303	FIAT	PALIO EX	AZUL
No Pátio	820/19	18 - MOOCA	5 - Leste	23167	DY20995	SUZUKI	SUZUKI EN125 YES	PRATA
No Pátio	1048/13	18 - MOOCA	5 - LESTE	6403	DZC5798	CITROEN	C3 GLX	PRETA
No Pátio	900001/15	18 - MOOCA	5 - LESTE	6695	DZO8097	HONDA	CG TITAN	PRETA
No Pátio	1518/19	18 - MOOCA	5 - Leste	23170	ECN9322	HONDA	CG 150 TITAN KS	CINZA
No Pátio	6665/16	18 - MOOCA	5 - LESTE	19041	EDR8922	GENERAL MOTORS	MERIVA	CINZA
No Pátio	7662/18	18 - MOOCA	5 - Leste	23295	EIF1881	CITROEN	C4 PALLAS 20 GLM	PRATA
No Pátio	900017/15	18 - MOOCA	5 - LESTE	6381	EIZ0898	HONDA	CRV	PRATA
No Pátio	1292/17	18 - MOOCA	5 - Leste	21954	EXD5176	SUZUKI	BURGMAN	PRATA
No Pátio	865/18	18 - MOOCA	5 - Leste	23302	FBC8149	HONDA	CITY LX FLEX	CINZA
No Pátio	1079/16	18 - MOOCA	5 - LESTE	19713	FEJ5306	GM	COBALT	BRANCA
No Pátio	106/11	18 - MOOCA	5 - LESTE	6678	HIF8599	HONDA	CBX 250TWISTER	AMARELA
No Pátio	1652/16	18 - MOOCA	5 - LESTE	20470	JPH2222	BMW	X5 FA51	PRETA
No Pátio	4766/17	18 - MOOCA	5 - Leste	23305	PUL8761	VW	GOL CITY MB	CINZA
No Pátio	1076/18	18 - MOOCA	5 - Leste	23169	S/PLACA	HONDA	CB 300 R	PRETA
No Pátio	8857/11	18 - MOOCA	5 - LESTE	10488	S/PLACA	HONDA	CG 125	.

No Pátio	3401/18	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	22770	CDZ9447	FIAT	PALIO	LARANJA
No Pátio	354/17	21 - VILA MATILDE	5 - LESTE	21195	CZQ5645	HYUNDAI	ATOS PRIME GLS	PRATA
No Pátio	823/19	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	22989	DTL0161	YAMAHA	YBR 125	VERMELHA
No Pátio	3678/15	21 - VILA MATILDE	5 - LESTE	1543	DZP7955	HONDA	CG 125 FAN	PRETA
No Pátio	2398/19	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	23085	EFH0960	HONDA	CB300	PRETA
No Pátio	1003/19	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	22988	ESE5910	HONDA	CG 125 FAN KS	ROXA
No Pátio	200/16	21 - VILA MATILDE	5 - LESTE	17338	FMG5047	FIAT	STRADA	PRETA
No Pátio	3846/19	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	23171	GGX7859	HONDA	PCX 150	PRATA
No Pátio	2354/19	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	23084	GHU3199	HONDA	CG 160	PRETA
No Pátio	180/19	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	22987	KDU4809	FORD	ESCORT	AZUL
No Pátio	3962/18	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	22767	NCZ7766	VW	PARATI	PRATA
No Pátio	1375/16	21 - VILA MATILDE	5 - LESTE	19116	S/PLACA	B M W	F 800R	AZUL
No Pátio	4183/15	21 - VILA MATILDE	5 - LESTE	10781	S/PLACA	YAMAHA	YBR 125	.
No Pátio	1764/19	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	22991	S/PLACA	HONDA	CG 150 TITAN KS	PRATA
No Pátio	1810/19	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	22992	S/PLACA	HONDA	CG 150 TITAN MIX	VERMELHA
No Pátio	444/19	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	22990	S/PLACA	HONDA	CG 125	PRATA
No Pátio	3210/18	21 - VILA MATILDE	5 - Leste	22768	S/PLACA	HONDA	PCX150	CINZA
No Pátio	3481/16	29 - VILA DIVA	5 - LESTE	19759	BFR9749	HONDA	CG 125 TITAN	PRETA
No Pátio	900193/15	29 - VILA DIVA	5 - LESTE	10468	BOK7005	FORD	ESCORT	CINZA
No Pátio	900018/15	29 - VILA DIVA	5 - LESTE	6742	BTY0621	Suzuki	VS 800	.
No Pátio	1348/16	29 - VILA DIVA	5 - LESTE	19756	CAG7426	VOLKSWAGEM	GOL	BEGE
No Pátio	1310/17	29 - VILA DIVA	5 - Leste	21971	DVX1900	HONDA	POP-100	PRETA
No Pátio	6948/17	29 - VILA DIVA	5 - Leste	22213	EFN-9706	HONDA	CG 125 FAN KS	VERMELHA
No Pátio	900018/16	29 - VILA DIVA	5 - LESTE	19100	FRM2708	HONDA	CIVIC	PRETA
No Pátio	495/15	29 - VILA DIVA	5 - Leste	16279	S/PLACA	HONDA	CG 150	PRETA
No Pátio	900071/16	30 - TATUAPE	5 - LESTE	18561	AVW0265	VW	CROSS FOX	PRETA
No Pátio	1853/16	30 - TATUAPE	5 - LESTE	19689	CZQ2694	VW	FOX	VERMELHA
No Pátio	3448/15	30 - TATUAPE	5 - Leste	6452	DSC4580	PEUGEOT	206	PRETA
No Pátio	2778/16	30 - TATUAPE	5 - LESTE	20317	GYZ2553	FIAT	PALIO YOUNG	CINZA
No Pátio	3330/15	30 - TATUAPE	5 - LESTE	2661	HIK2634	FIAT	IDEIA	PRATA
No Pátio	1866/16	30 - TATUAPE	5 - LESTE	19688	HMB3727	RENAULT	SANDERO	PRATA
No Pátio	900054/16	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	18358	ART9175	Volkswagem	Gol	.

No Pátio	4312/15	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	306	BOG5763	VOLKSWAGEM	SAVEIRO	BRANCA
No Pátio	3699/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23354	BPA4931	FIAT	UNO	VERDE
No Pátio	1549/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23045	BSN3228	HONDA	CG 125	VERMELHA
No Pátio	2867/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23088	BYS9728	HONDA	CG 150 TITAN KS	AZUL
No Pátio	3464/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23350	CAS0085	VOLKSWAGEM	GOL	AZUL
No Pátio	4730/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22699	CBX8775	HONDA	CG 125 TITAN	VERMELHA
No Pátio	2044/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23340	CCQ1501	FIAT	UNO	VERDE
No Pátio	3415/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23356	CDA8116	WIND	CORSA	BRANCA
No Pátio	4468/16	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	20353	CGX1012	GENERAL MOTORS	VECTRA GLS	AZUL
No Pátio	1537/15	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	382	CMJ2240	VW	GOL SPECIAL	VERMELHA
No Pátio	1709/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23365	CRQ4389	VOLKSWAGEM	VOYAGE GL	CINZA
No Pátio	2624/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23367	CRU8943	FIAT	UNO CS	CINZA
No Pátio	5244/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23353	CVM0129	RENAULT	CLIO	AZUL
No Pátio	3703/09	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	305	DAK8028	GENERAL MOTORS	CELTA	CINZA
No Pátio	4512/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23362	DCC4547	FIAT	PALIO EX	PRETA
No Pátio	1355/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23021	DCP8751	YAMAHA	YBR 125 E	AZUL
No Pátio	5391/13	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	851	DDO7814	PEUGEOT	206	CINZA
No Pátio	1452/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23043	DJI7952	YAMAHA	YBR 125	ROXA
No Pátio	1736/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23348	DLU9784	FORD	FIESTA	PRETA
No Pátio	2148/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23090	DNN1050	YAMAHA	YBR 125	AZUL
No Pátio	6446/15	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	10054	DOB9366	HONDA	CG 150 TITAN KS	AZUL
No Pátio	4539/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23344	DOP3133	YAMAHA	YBR 125	VERMELHA
No Pátio	4535/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23358	DRY2050	HONDA	CBX 250	PRETA
No Pátio	2210/15	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	779	DSX3064	General Motors	Celta	AZUL
No Pátio	352/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22945	DTN5552	HONDA	CG 150 TITAN	PRATA
No Pátio	2037/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23089	DUY5034	HONDA	CG 125 FAN	PRETO
No Pátio	1899/16	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	19053	DZQ8263	HONDA	CG 150	.
No Pátio	859/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22407	DZS9952	HONDA	CG 150 TITAN KS	VERMELHA
No Pátio	1360/16	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	18032	EAP3223	BMW	X 5	PRETA
No Pátio	4546/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22697	EHB6912	HONDA	CG 150 TITAN MIX EX	PRETA
No Pátio	3722/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23174	EHM0469	YAMAHA	FACTOR YBR 125	PRETA
No Pátio	4239/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23173	EHQ7867	HONDA	CG 125 FAN KS	AZUL

No Pátio	4544/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22698	EJM3211	HONDA	CG 150TITAN MIX ES	PRETA
No Pátio	381/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22947	EJN4479	YAMAHA	MT-03	PRETA
No Pátio	85/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23349	ELX5559	VOLKSWAGEN	FOX	PRETA
No Pátio	1092/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22406	EQE9261	HONDA	CG 150 FAN ESI	PRETA
No Pátio	5251/15	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	2623	ERW8817	CITROEN	C4	CINZA
No Pátio	479/20	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23359	ESQ8982	HONDA	LEAD 110	PRETA
No Pátio	5273/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23361	EVW1570	YAMAHA	XTZ 250 LANDER	AZUL
No Pátio	5771/15	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	6886	EW08525	FIAT	SIENA	CINZA
No Pátio	5203/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23341	EXE3294	HONDA	LEAD 110	VERMELHA
No Pátio	1558/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23355	EYN8878	KIA	SOUL	PRETA
No Pátio	900049/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23086	FDP8466	HONDA	CG 150 FAN	PRETA
No Pátio	2200/13	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	357	FER3037	MERCEDES BENS	ML430	PRATA
No Pátio	4844/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22187	FFN6493	RENAULT	LOGAN EXP 16 HP	BRANCA
No Pátio	1682/16	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	18918	FGI0174	VOLKSWAGEM	SAVEIRO	VERMELHA
No Pátio	4222/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22186	FJS5120	I/CHERY	CIELO 1.6 HATCH	PRATA
No Pátio	252/20	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23360	FYA6106	HONDA	PCX150	PRETA
No Pátio	1131/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23050	FZT1128	HONDA	CG 150 START	VERMELHA
No Pátio	1022/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23037	GBV7099	HONDA	CG 160 TITAN EX	PRETA
No Pátio	402/20	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23345	GRT5622	HONDA	CG 125 TITAN	CINZA
No Pátio	240/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23337	GVQ1706	FORD	FIESTA SEDAN	PRATA
No Pátio	382/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22948	HEP0464	HONDA	CG 150 TITAN MIX	PRETA
No Pátio	2294/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23347	JUG6039	GM	CORSA	CINZA
No Pátio	5387/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23339	KNI0201	RENAULT	CLIO	PRETA
No Pátio	1054/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23338	KRQ0432	PEUGEOT	206	PRATA
No Pátio	5593/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23351	KXQ1115	PEUGEOT	206	PRETA
No Pátio	3266/16	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	20024	MPH0646	VOLKSWAGEM	KOMBI	BRANCA
No Pátio	3226/16	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	19724	MQU7318	VOLKSWAGEM	GOL	CINZA
No Pátio	5978/15	31 - VILA CARRAO	5 - LESTE	7700	NLV6023	VOLKSWAGEM	GOL	CINZA
No Pátio	2108/17	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22208	PFF1397	I/VW	SPACEFOX TREND GII	BRANCA
No Pátio	3421/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23176	S/PLACA	HONDA	C 100 BIZ MAIS	VERMELHA
No Pátio	233/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22946	S/PLACA	SUNDOWN	MAX 125	PRETA
No Pátio	5411/18	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22942	S/PLACA	HONDA	CG 125 FAN	VERMELHA

No Pátio	647/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22943	S/PLACA	HONDA	CG 125 TITAN	CINZA
No Pátio	671/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	22941	S/PLACA	HONDA	CG 150	VERMELHA
No Pátio	1216/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23020	S/PLACA	SUNDOWN	HUNTER 100	CINZA
No Pátio	1449/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23038	S/PLACA	YAMAHA	YAMAHA	PRETA
No Pátio	1674/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23044	S/PLACA	HONDA	CG 125	AZUL
No Pátio	1723/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23051	S/PLACA	HONDA	CG 125	AZUL
No Pátio	1670/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23041	S/PLACA	HONDA	CB 150	PRETA
No Pátio	2037/19	31 - VILA CARRAO	5 - Leste	23091	S/PLACA	HONDA	CG 150	PRETA
No Pátio	900054/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22772	AOS1644	SUZUKI	JTA AN125	AMARELA
No Pátio	1819/17	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	21589	BAM2313	VW	AMAROK CD 4X4 HIGH	PRETA
No Pátio	3729/16	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	19625	BVZ6401	VOLKSWAGEM	GOL	VERMELHA
No Pátio	5034/16	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	20138	CDS4283	DAFRA	SUPER 100	PRATA
No Pátio	3636/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22744	CGW9511	HONDA	CG 125 TITAN	VERMELHA
No Pátio	900009/17	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	21133	CJC3645	VOLKSWAGEM	POLO CLAS 1.8 MT	PRATA
No Pátio	1770/15	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	7172	CTL7445	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCA
No Pátio	2262/16	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	20232	DDR1770	FIAT	PALIO WEEKEND	CINZA
No Pátio	85/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22735	DHA7566	HONDA	CG 125 TITAN KS	PRATA
No Pátio	3818/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22734	DJU4222	HONDA	CBX 250	VERMELHA
No Pátio	4710/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22745	DJV5349	HONDA	CG 150 TITAN ESD	PRETA
No Pátio	2174/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22739	DJZ6661	YAMAHA	YBR 125	PRETA
No Pátio	2814/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	14	DLK2026	YAMAHA	YBR 125K	ROXA
No Pátio	589/16	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	18026	DMG7176	FIAT	DUCATO	PRATA
No Pátio	3010/13	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	7930	DNV6271	HONDA	CG125	VERMELHA
No Pátio	477/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22741	DOU0725	HONDA	CG 150 TITAN KS	PRETA
No Pátio	1948/15	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	7880	DRN9644	VOLKSWAGEM	GOL	PRETO
No Pátio	727/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22302	DRT1555	GM	ECTRA SEDAN ELEGANC	PRETA
No Pátio	5555/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	23187	DTL2546	HONDA	BIZ 125 KS	PRETA
No Pátio	3703/13	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	7118	DUY6026	HONDA	CG125	.
No Pátio	2576/15	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	7122	DYX3163	YAMAHA	YBR 125	CINZA
No Pátio	90080/15	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	7103	EFH6745	HONDA	CG 150 TITAN KS	.
No Pátio	3789/12	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	7150	EQR6479	HONDA	CG 150 TITAN KS	PRETA
No Pátio	362/16	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	15996	EXA7390	Honda	CG 150	.

No Pátio	2282/15	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - LESTE	7014	EZG9605	FORD	KA	VERMELHA
No Pátio	924/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22740	FAY2595	HONDA	CB 300	AMARELA
No Pátio	3116/19	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	23186	FWN9889	HONDA	PCX 150 DLX	MARROM
No Pátio	482/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22738	GBK1959	HONDA	LEAD 110	VERMELHA
No Pátio	159/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22746	HCD8574	YAMAHA	YBR 125E	VERMELHA
No Pátio	1467/13	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	16293	S/PLACA	YAMAHA	CRYPTON	PRETA
No Pátio	2313/18	42 - PARQUE SAO LUCAS	5 - Leste	22737	S/PLACA	YAMAHA	CRYPTON	PRETA
No Pátio	1596/15	52 - PQ. SAO JORGE	5 - LESTE	6882	AXB9099	VW	JETA	.
No Pátio	1593/15	52 - PQ. SAO JORGE	5 - LESTE	6876	EBM3250	CITROEN	C3	PRETA
No Pátio	6757/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23242	AJV8892	FIAT	FIORINO IE	BRANCA
No Pátio	3538/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22663	ANN0663	HONDA	CG 150 TITAN KS	AZUL
No Pátio	3545/14	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	15236	BMV6113	FORD	FIESTA	ROXA
No Pátio	3962/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23101	BSJ8855	HONDA	CG 125 TITAN	VERMELHA
No Pátio	2176/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	18985	BTk 3912	FORD	ESCORT	PRETA
No Pátio	900018/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22661	BTX3436	YAMAHA	DT 180	PRETA
No Pátio	1401/17	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	21284	BVV9592	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCA
No Pátio	7229/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22777	BXP4356	SUZUKI	EN 125 YES	VERMELHA
No Pátio	4910/14	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	6874	BXW0949	HONDA	CG	BRANCA
No Pátio	7561/12	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	508	BYD6214	VOLVO	N 10	BRANCA
No Pátio	8861/13	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	629	CAO2790	VOLKSWAGEM	POINTER	CINZA
No Pátio	5682/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	20388	CGD1498	HONDA	C 100 DREAM	AZUL
No Pátio	5064/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22658	CGT3543	HONDA	LEAD 110	VERMELHA
No Pátio	247/17	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	21089	CLF5131	FIAT	UNO MILLE SX YOUNG	CINZA
No Pátio	8045/12	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	15238	CMK2898	FIAT	PALIO	PRATA
No Pátio	1203/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23233	COB6135	GM	CORSA WIND	VERDE
No Pátio	900018/13	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	15401	COR2838	AUDI	A4	PRATA
No Pátio	7105/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23249	CRF8273	FIAT	PALIO EX	VERMELHA
No Pátio	2452/16	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23246	CSS5523	GM	CORSA SUPER W	PRATA
No Pátio	7137/14	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	497	CTE1487	HONDA	CG 125 TITAN KS	AZUL
No Pátio	1009/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	17261	CYM1885	FIAT	PALIO	PRATA
No Pátio	7235/17	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23226	CZO2325	FIAT	PALIO ELX	VERDE
No Pátio	2158/12	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	6478	DAF6235	YAMAHA	YBR 125	AZUL

No Pátio	1105/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23096	DAG5628	HONDA	BIZ 125 ES	PRETA
No Pátio	4447/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23236	DAS5384	GM	CORSA WIND	VERDE
No Pátio	6071/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23244	DGB1984	GM	CORSA CLASSIC	BEGE
No Pátio	6417/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	20617	DGZ7625	VW	POLO SEDAN 1.6	PRATA
No Pátio	5283/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23237	DHZ7657	HONDA	CIVIC LXL	PRETA
No Pátio	517/14	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	595	DJI7166	HONDA	CG 125	AZUL
No Pátio	4902/17	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	21881	DJJ8515	HONDA	CG 125 TITAN ES	VERMELHA
No Pátio	6731/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	20786	DKG6042	CITROEN	XSARA PICASSO GXS	PRETA
No Pátio	4050/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	19858	DLR9767	VOLKSWAGEM	POLO	PRETA
No Pátio	45/14	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	10728	DOE2845	SUZUKI	INTRUDER	AZUL
No Pátio	57/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23248	DQH9184	GENERAL MOTORS	CELTA LIFE	VERMELHA
No Pátio	5864/16	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23179	DRW2242	YAMAHA	YBR 125	PRATA
No Pátio	747/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23095	DRY2669	HONDA	CBX 250 TWISTER	PRETA
No Pátio	857/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	17260	DSW3729	VOLKSWAGEN	FOX	PRETA
No Pátio	5023/14	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	6631	DTB1147	FIAT	SIENA	BRANCA
No Pátio	2703/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23228	DUC8959	GENERAL MOTORS	CELTA LIFE	PRETA
No Pátio	900106/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23178	DUV7323	HONDA	CG 125 FAN	PRETA
No Pátio	7413/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23230	DVB0796	FORD	FIESTA FLEX	PRATA
No Pátio	6393/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23231	DYG9187	FORD	FIESTA SEDAN	VERMELHA
No Pátio	2120/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23097	DZN6222	HONDA	CG 125 FAN	PRETA
No Pátio	4856/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23235	EFC9567	RENAULT	SANDERO	VERMELHA
No Pátio	3202/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23100	EFN8380	SUNDOWN	FUTURE 125	PRATA
No Pátio	900025/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23092	EGZ2702	CTM	GREEN SPORT	VERMELHA
No Pátio	277/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22670	EHL7933	HONDA	CG 125 FAN	AZUL
No Pátio	7548/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22778	EJN5336	HONDA	CG 150 TITAN MIX KS	BRANCA
No Pátio	3529/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23094	EKY7843	YAMAHA	CRYPTON	PRETA
No Pátio	3417/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23243	EMD1834	FORD	KA	PRATA
No Pátio	5526/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	20351	EMW0863	GM	PRISMA MAXX	VERMELHA
No Pátio	5465/14	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	475	EOK3661	LONCIN	LX125	PRATA
No Pátio	5438/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	20281	EPY3656	FIAT	PALIO	CINZA
No Pátio	4663/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23247	EQA2084	CITROEN	C3 GLX	PRATA
No Pátio	3993/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	19855	EQO3559	HONDA	CG 125	VERMELHA

No Pátio	3439/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23099	EQP7633	YAMAHA	CRYPTON	VERMELHA
No Pátio	209/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22660	ESY1182	HONDA	BIZ 125 ES	PRETA
No Pátio	94/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23240	ETW2094	FORD	FIESTA SEDAN	PRATA
No Pátio	372/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22666	FAF5238	HONDA	CG 125 FAN KS	PRETA
No Pátio	3190/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22662	FCM0254	HONDA	CG 160 START	VERMELHA
No Pátio	4630/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23180	FEN2195	YAMAHA	FAZER 250	PRETA
No Pátio	2544/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	19220	FGM8450	FIAT	PALIO	PRETA
No Pátio	3659/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23239	FOS2222	FIAT	UNO ELETRONIC	PRETA
No Pátio	4599/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22668	FXI6775	HONDA	CG 160 FAN ESDI	VERMELHA
No Pátio	5892/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23181	GAN1401	SHINERAY	XY 50 Q	PRETA
No Pátio	7456/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23245	GFB9019	FIAT	UNO ATTRACTIVE	PRATA
No Pátio	7367/17	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22238	GFW-0840	HONDA	CG 160	PRETA
No Pátio	3785/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23103	GHV1130	HONDA	CG 160	PRETA
No Pátio	2694/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23102	GKI9740	YAMAHA	N MAX	VERMELHA
No Pátio	7664/15	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	14759	GKQ0143	GENERAL MOTORS	MONZA	VINHO
No Pátio	4846/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23184	HBE0062	YAMAHA	YBR 125K	PRETO
No Pátio	5716/17	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23238	HFR4336	FIAT	PALIO FIRE	PRATA
No Pátio	5635/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23229	HYM9583	FORD	ECOSPORT XL 1.6	PRETA
No Pátio	6182/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23225	JIX7640	VOLKSWAGEN	FOX 1.6 GII	BRANCA
No Pátio	6531/15	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	7911	JNP8326	CHEVROLET	MONZA	AZUL
No Pátio	3132/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	19554	KEI9541	GM	CORSA	CINZA
No Pátio	2232/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23241	KFD7752	FIAT	PALIO FIRE	PRETA
No Pátio	4019/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23232	LPY8008	FIAT	IDEA ISSENCE 1.6	PRATA
No Pátio	7623/12	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	15398	MYA1145	FORD	KA	VERDE
No Pátio	5767/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22659	ODP8081	HONDA	BIZ 125 EX	BRANCA
No Pátio	3795/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23234	OMD8411	FORD	FIESTA SEDAN	PRATA
No Pátio	900070/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22671	PPJ7206	HONDA	CG 160	PRETO
No Pátio	3377/16	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	19564	PUC9774	FORD	FIESTA	PRATA
No Pátio	6679/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22657	PXA9095	HONDA	PCX 150	PRETA
No Pátio	900003/15	56 - VILA ALPINA	5 - LESTE	606	S/PLACA	HONDA	LEAD 110	PRETA
No Pátio	282/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23098	S/PLACA	HONDA	CG 125 TITAN KS	PRETA
No Pátio	3200/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23093	S/PLACA	SUNDOWN	HUNTER 90	VERMELHA

No Pátio	5167/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23177	S/PLACA	YAMAHA	N MAX	VERMELHA
No Pátio	5506/19	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	23183	S/PLACA	SUZUKI	SUZUKI EN	PRATA
No Pátio	22/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22656	S/PLACA	HONDA	CG 125 FAN	CINZA
No Pátio	6125/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22672	S/PLACA	HONDA	CG 125 FAN	AMARELA
No Pátio	900007/18	56 - VILA ALPINA	5 - Leste	22665	S/PLACA	YAMAHA	YBR 125	PRETA/PRATA
No Pátio	5417/13	56 - Vila Alpina	5 - Leste	16172	S/PLACA	HONDA	C 100 BIZ	VERMELHA
No Pátio	4282/15	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	13295	AMP5339	FIAT	PALIO	PRATA
No Pátio	7755/12	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7222	BRF1006	KIA	BESTA	AZUL
No Pátio	3225/15	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7569	BTP8609	VOLKSWAGEM	SAVEIRO	BRANCA
No Pátio	abr/13	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7490	BWX2336	Yamaha	YBR 125	.
No Pátio	3560/09	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7305	BYD0138	FORD	ESCORT	BRANCA
No Pátio	2747/13	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7249	CAS8158	General Motors	Monza	AZUL
No Pátio	2511/15	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7197	CGB1697	FIAT	PALIO	CINZA
No Pátio	849/11	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7389	COC9158	VOLKSWAGEM	GOL	PRATA
No Pátio	2561/09	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7499	CRT5993	FIAT	FIORINO	BRANCA
No Pátio	2708/09	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7497	CYH7882	VOLKSWAGEM	SAVEIRO	CINZA
No Pátio	1540/10	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7274	DAI4006	FIAT	PALIO WIKEND	CINZA
No Pátio	2196/16	57 - PQ. DA MOOCA	5 - Leste	19063	DDA1830	VW	GOL	PRETA
No Pátio	4514/18	57 - PQ. DA MOOCA	5 - Leste	22637	DLD6045	HONDA	CG 125 TITAN	VERMELHA
No Pátio	8386/14	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7635	DMI3886	GENERAL MOTORS	MERIVA	PRETA
No Pátio	1324/18	57 - PQ. DA MOOCA	5 - Leste	22643	DOU6941	YAMAHA	MOBILETE	VERMELHA
No Pátio	22/set	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7221	DRF0005	Volkswagem	Gol	CINZA
No Pátio	5959/19	57 - PQ. DA MOOCA	5 - Leste	23190	DRX6109	YAMAHA	XTZ 125E	BRANCA
No Pátio	2070/10	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7768	DSN4459	VOLKSWAGEM	GOL	PRETA
No Pátio	2541/18	57 - PQ. DA MOOCA	5 - Leste	22642	DYO4819	HONDA	CBX 250 TWISTER	VERMELHA
No Pátio	1559/19	57 - PQ. DA MOOCA	5 - Leste	23193	DYY6843	SUZUKI	EN 125 YES	PRATA
No Pátio	3078/13	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7273	DZC3295	HONDA	FIT	CINZA
No Pátio	900113/19	57 - PQ. DA MOOCA	5 - Leste	23192	EJQ2188	HONDA	CB 300 R	PRATA
No Pátio	3026/18	57 - PQ. DA MOOCA	5 - Leste	23188	EMM2640	FORD	FIESTA	PRATA
No Pátio	1071/16	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	18317	EPT2704	GM	S10 RODEIO D	PRATA
No Pátio	2776/16	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	19905	EQG9083	KIA	SOUL	PRETA
No Pátio	3196/13	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7267	EQK8640	FIAT	STRADA	PRETA

No Pátio	653/15	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7508	EXB4364	HONDA	CG125	.
No Pátio	898/16	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	17936	GEC0013	FIAT	IDEIA	BRANCA
No Pátio	2344/10	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7543	GUI3659	FIAT	TIPO	CINZA
No Pátio	7835/12	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	7219	HNK4449	VOLKSWAGEM	GOL	CINZA
No Pátio	2524/16	57 - PQ. DA MOOCA	5 - LESTE	19742	NOD2390	KIA	SOUL	PRATA
No Pátio	291/18	57 - PQ. DA MOOCA	5 - Leste	22640	S/PLACA	S/ MARCA	S/ MODELO	PRETA
No Pátio	268/17	58 - VILA FORMOSA	5 - LESTE	21448	BGZ1557	VOLKSWAGEM	KOMBI	BRANCA
No Pátio	900005/18	58 - VILA FORMOSA	5 - Leste	22650	DYR3357	HONDA	CG 150 JOB	BRANCA
No Pátio	1609/17	58 - VILA FORMOSA	5 - Leste	22651	DZR9938	HONDA	CG 125 FAN	PRETA
No Pátio	1372/18	58 - VILA FORMOSA	5 - Leste	22647	S/PLACA	HONDA	CG 125	VERMELHA
No Pátio	jan/16	81 - BELEM	5 - LESTE	16018	EVV6230	GENERAL MOTORS	CELTA	PRATA
No Pátio	2028/15	81 - BELEM	5 - LESTE	6600	FFS5225	VOLKSWAGEM	POLO	PRATA
No Pátio	2028/15	81 - BELEM	5 - LESTE	6599	FIT2832	HONDA	FIT	CINZA
No Pátio	mar/16	SEDE	5 - LESTE	18453	GJX0004	AUDI	A4	CINZA

**VEÍCULOS REMOVIDOS DAS UNIDADES
POLICIAIS AO PÁTIO NL DURANTE A
VIGÊNCIA DO CONTRATO**

MEDIÇÃO DE FEVEREIRO DE 2024

5° SECCIONAL

VEÍCULOS GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL DE VEÍCULOS GUINCHADOS	MOTOS GUINCHADAS	VALOR UNITARIO POR MOTO	VALOR TOTAL DE MOTOS GUINCHADAS	PESADO GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR PESADO	VALOR TOTAL PESADOS	VALOR TOTAL DO SERVIÇO PRESTADO
6	R\$ 309,94	R\$ 1.859,64	02	R\$ 83,04	R\$ 166,08		R\$ 934,20	R\$ 	R\$ 2.025,72

São Paulo, 01 de Março de 2024


LUCINALDO ALVES DA SILVA
RG Nº 36.894.114-0
CPF Nº 035.292.224-96
PROCURADOR

09.002.604/0001-41
VIA 80 TRANSPORTES EIRELI - EPP
Av. Mandaqui, nº 355
Limão - CEP: 02550-000
SÃO PAULO - SP

MEDIÇÃO DE MARÇO DE 2024

5° SECCIONAL

VEÍCULOS GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL DE VEÍCULOS GUINCHADOS	MOTOS GUINCHADAS	VALOR UNITARIO POR MOTO	VALOR TOTAL DE MOTOS GUINCHADAS	PESADO GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR PESADO	VALOR TOTAL PESADOS	VALOR TOTAL DO SERVIÇO PRESTADO
36	R\$ 309,94	R\$ 11.157,84	20	R\$ 83,04	R\$ 1.660,80	1	R\$ 934,20	R\$ 934,20	R\$ 13.752,84

São Paulo, 01 de ABRIL de 2024


LUCINALDO ALVES DA SILVA
RG Nº 36.894.114-0
CPF Nº 035.292.224-96
PROCURADOR


VIA 80 TRANSPORTES EIRELI - EPP
Av. Mandaqui, nº 355
Limão - CEP: 02550-000
SÃO PAULO - SP

MEDIÇÃO DE JUNHO DE 2024

5° SECCIONAL

VEÍCULOS GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL DE VEÍCULOS GUINCHADOS	MOTOS GUINCHADAS	VALOR UNITARIO POR MOTO	VALOR TOTAL DE MOTOS GUINCHADAS	PESADO GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR PESADO	VALOR TOTAL PESADOS	VALOR TOTAL DO SERVIÇO PRESTADO
08	R\$ 309,94	R\$ 2.479,52	5	R\$ 83,04	R\$ 415,20		R\$ 934,20	R\$	R\$ 2.894,72

São Paulo, 01 de Julho de 2024


LUCINALDO ALVES DA SILVA
RG Nº 36.894.114-0
CPF Nº 035.292.224-96
PROCURADOR


VIA 80 TRANSPORTES EIRELI - EPP
Av. Mandaqui, nº 355
Limão - CEP: 02550-000
SÃO PAULO - SP

MEDIÇÃO DE OUTUBRO DE 2024

5° SECCIONAL

VEÍCULOS GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL DE VEÍCULOS GUINCHADOS	MOTOS GUINCHADAS	VALOR UNITARIO POR MOTO	VALOR TOTAL DE MOTOS GUINCHADAS	PESADO GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR PESADO	VALOR TOTAL PESADOS	VALOR TOTAL DO SERVIÇO PRESTADO
12	R\$ 319,58	R\$ 3.834,96	9	R\$ 85,62	R\$ 770,58		R\$ 963,27	R\$	R\$ 4.605,54

São Paulo, 01 de Novembro de 2024


LUCINALDO ALVES DA SILVA
RG Nº 36.894.114-0
CPF Nº 035.292.224-96
PROCURADOR


VIA 80 TRANSPORTES EIRELI - EPP
Av. Mandaqui, nº 355
Limão - CEP: 02550-000
SÃO PAULO - SP

MEDIÇÃO DE NOVEMBRO DE 2024

5° SECCIONAL

VEÍCULOS GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL DE VEÍCULOS GUINCHADOS	MOTOS GUINCHADAS	VALOR UNITARIO POR MOTO	VALOR TOTAL DE MOTOS GUINCHADAS	PESADO GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR PESADO	VALOR TOTAL PESADOS	VALOR TOTAL DO SERVIÇO PRESTADO
06	R\$ 319,58	R\$ 1.917,48		R\$ 85,62	R\$	02	R\$ 963,27	R\$ 1.926,54	R\$ 3.844,02

São Paulo, 01 de Dezembro de 2024


LUCINALDO ALVES DA SILVA
RG Nº 36.894.114-0
CPF Nº 035.292.224-96
PROCURADOR


VIA 80 TRANSPORTES EIRELI - EPP
Av. Mandaqui, nº 355
Limão - CEP: 02550-000
SÃO PAULO - SP

MEDICÃO DE JANEIRO DE 2024

5° SECCIONAL

VEÍCULOS GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL DE VEÍCULOS GUINCHADOS	MOTOS GUINCHADAS	VALOR UNITARIO POR MOTO	VALOR TOTAL DE MOTOS GUINCHADAS	PESADO GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR PESADO	VALOR TOTAL PESADOS	VALOR TOTAL DO SERVIÇO PRESTADO
11	R\$ 309,94	R\$ 3.409,34	02	R\$ 83,04	R\$ 166,08	1	R\$ 934,20	R\$ 934,20	R\$ 4.509,62

São Paulo, 02 de Fevereiro de 2024


LUCINALDO ALVES DA SILVA
RG Nº 36.894.114-0
CPF Nº 035.292.224-96
PROCURADOR


VIA 80 TRANSPORTES EIRELI - EPP
Av. Mandaqui, nº 355
Limão - CEP: 02550-000
SÃO PAULO - SP

MEDIÇÃO DE DEZEMBRO DE 2024

5° SECCIONAL

VEÍCULOS GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL DE VEÍCULOS GUINCHADOS	MOTOS GUINCHADAS	VALOR UNITARIO POR MOTO	VALOR TOTAL DE MOTOS GUINCHADAS	PESADO GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR PESADO	VALOR TOTAL PESADOS	VALOR TOTAL DO SERVIÇO PRESTADO
09	R\$ 319,58	R\$ 2.876,22	08	R\$ 85,62	R\$ 684,96	01	R\$ 963,27	R\$ 963,27	R\$ 4.524,45

São Paulo, 03 de Janeiro de 2025.


LUCINALDO ALVES DA SILVA
RG Nº 36.894.114-0
CPF Nº 035.292.224-96
PROCURADOR


VIA 80 TRANSPORTES EIRELI - EPP
Av. Mandaqui, nº 355
Limão - CEP: 02550-000
SÃO PAULO - SP

MEDIÇÃO DE ABRIL DE 2024

5° SECCIONAL

VEÍCULOS GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL DE VEÍCULOS GUINCHADOS	MOTOS GUINCHADAS	VALOR UNITARIO POR MOTO	VALOR TOTAL DE MOTOS GUINCHADAS	PESADO GUINCHADOS	VALOR UNITARIO POR PESADO	VALOR TOTAL PESADOS	VALOR TOTAL DO SERVIÇO PRESTADO
16	R\$ 309,94	R\$ 4.959,04	5	R\$ 83,04	R\$ 415,20		R\$ 934,20	R\$	R\$ 5.374,24

São Paulo, 03 de MAIO de 2024


LUCINALDO ALVES DA SILVA
RG Nº 36.894.114-0
CPF Nº 035.292.224-96
PROCURADOR


VIA 80 TRANSPORTES EIRELI - EPP
Av. Mandaqui, nº 355
Limão - CEP: 02550-000
SÃO PAULO - SP

**VEÍCULOS COM AUTORIZAÇÃO DE LEILÃO
À PARTIR DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
PÁTIO NL**

B.O.		VEÍCULO/MOTO	PLACA	MARCA/MODELO	COR	PROCESSO
DA3201-2/2023	30 D.P.	VEÍCULO	DCV8216	FIAT/UNO MILLE SMART	Verde	1508252-10.2023.8.26.0228
92/2020	21 D.P.	MOTO	GIO1388	HONDA CG 160	Vermelho	1500655-92.2020.8.26.0228
9113/2012	10 D.P.	VEÍCULO	EQT1072	VW/SAVEIRO	Preta	0083599-61.2012.8.26.0050
GM3445-1/2023	29 D.P.	VEÍCULO	CXL3138	VW/KOMBI	Branco	1520760-37.2023.8.26.0050
TC 3091201/2019	57 D.P.	MOTO	DYO5483	SUNDOWN MAX 125	Preta	1526188-39.2019.8.26.0050
7143/2016	10 D.P.	MOTO	OVC1214	HONDA/XRE 300	Preta	0001735-25.2017.8.26.0050
8634/2017	10 D.P.	VEÍCULO	DTX7065	PEUGEOT/206	Cinza	0009582-69.2017.8.26.0635
JV4495/2022	10 D.P.	MOTO	DVH6652	HONDA	Preta	1505716-75.2023.8.26.0050
3976/2018	10 D.P.	VEÍCULO	EJB9471	I/HYUNDAI TUCSON	Prata	0004368-63.2018.8.26.0635
2724/2022	56 D.P.	VEÍCULO	IEZ6H33	FIAT/UNO MILLE	Cinza	1522726-69.2022.8.26.0050
659/2022	56 D.P.	VEÍCULO	AYX9H64	VW/VOYAGE CITY	Prata	1503796-51.2022.8.26.0228
		VEÍCULO	GEG0A32	VW/T CROSS SENSE	Preta	
9544/2017	10 D.P.	VEÍCULO	CZU3376	FIAT/PALIO ELX	Vermelho	0005392-97.2017.8.26.0462
BO 362/2019			GEO7452			1503936-39.2019.8.26.0536
			GBU9919			
101/2017	58 D.P.	VEÍCULO	BUY0467	FIAT/UNO ELETRONIC	Branco	0037110-87.2017.8.26.0050
1571/2017	56 D.P.	VEÍCULO	DUR5047	FORD/KA	Preta	0002397-77.2017.8.26.0635
5244/2018		VEÍCULO	CVM0129	RENALT/CLIO		1503951-93.2018.8.26.0228
JE3680-1/2024	55 D.P.	VEÍCULO	EMC7H07	HONDA/FIT EX FLEX	Prata	1530832-83.2023.8.26.0050
QR5915-1/2024	42 D.P.	VEÍCULO	DWM1421	I/PEUGEOT 307SW 20SA ALL	Prata	0000934-51.2013.8.26.0050
	10 D.P.	VEÍCULO	EDZ8750	PEUGEOT 307SW XRS	Preta	1522782-24.2020.8.26.0228
625/2017	58 D.P.	VEÍCULO	DVK4487	I/PEUGEOT 307 20S	Cinza	0020460-62.2017.8.26.0050
OY8093/2023	52 D.P.	MOTO	GHD1760	Honda CG 160 Start	Preta	1531887-20.2023.8.26.0228
	10 D.P.	MOTO	HLV7187	Honda/CB 300	Amarela	0002403-31.2017.8.26.0006
LH0769/2023	30 D.P.	VEÍCULO	BOH2C22	GM KADETT IPANEMA GLS	Cinza	1525155-23.2023.8.26.0228
	56 D.P.	MOTO	FFI3628	HONDA CG 160 FAN	Preta	1527221-64.2019.8.26.0050
RDO 7127/2017	56 D.P.	Micro-ônibus	FIH4909	I FORD Transit reves	Prata	0005434-87.2018.8.26.0050
RDO 4467/2021	10 D.P.	VEÍCULO	DWG1367	Fiat uno mile		1500178-85.2022.8.26.00006
RDO 4462/2021						
EY2270/22	10 D.P.	VEÍCULO	DIO3614	Fiat palio	Preta	1518344-81.2022.8.26.0228
BC4669/22	21 D.P.	VEÍCULO	DGO1381	Fiat/Doblo Cargo	Branco	1509106-38.2022.8.26.0228
GY9789/2023	56 D.P.	VEÍCULO	AMT8925	Fiat Fiorino	Branco	1517444-64.2023.8.26.0228
	56 D.P.	VEÍCULO	RTR4B36	Hyundai Tucson	Cinza	1518698-09.2022.8.26.0228



VALORES REFERENCIAIS - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Depósito e guarda de veículos apreendidos em virtude de atos de polícia judiciária

Delegacia Seccional	Metragem	Ano de Referência	Valor mensal	Valor anual (12 meses)	Valor total do contrato (30 meses)
Delegacia Seccional de Polícia de Taubaté	14.000 m ²	2025	R\$ 96.092,82	R\$ 1.153.113,84	R\$ 2.882.784,60
Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí	13.706 m ²	2025	R\$ 61.342,29	R\$ 736.107,48	R\$ 1.840.268,70
7ª Delegacia Seccional de Polícia	33.319 m ²	2026	R\$ 50.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 1.500.000,00
MÉDIA MENSAL		R\$	69.145,04		
VALOR MENSAL/M²		R\$	3,34		
VALOR ANUAL (12 MESES)		R\$	829.740,44		
VALOR TOTAL DO CONTRATO (30 MESES)		R\$	2.074.351,10		

São Paulo, 6 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente



CARLA ELYDIANNE DE UNGARO SILVA

Data: 06/05/2026 14:34:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elaborado por:

Carla E. Ungaro Silva
Investigadora de Polícia

ANEXO I.2 –

Auto de Vistoria Para Entrada do Veículo no Pátio

AUTO DE VISTORIA PARA REMOÇÃO				PROTOCÓLO Nº		
DELEGACIA:		DEL. SECCIONAL:		NÚMERO B.O./I.P.		
PÁTIO DE DESTINO:						
TIPO DE VEÍCULO:				EMPRESA RESPONSÁVEL PELA REMOÇÃO:		
() LEVE () PESADO () MOTO / MOTOR / OUTROS						
MARCA DO VEÍCULO:		MODELO DO VEÍCULO:		CÔR:		
ANO FAB. / ANO MOD.:						
PLACA:		CHASSIS:		QUILOMETRAGEM:		
DATA DA RETIRADA:		HORA DA RETIRADA:		TIPO DE RECOLHIMENTO:		
				() ORDINÁRIO () EXTRAORDINÁRIO		
PREFIXO DO GUINCHO:		() GL () GP				
VISTORIA						
AVARIAS			ESTADO		EQUIPAMENTOS BÁSICOS	
FRENTE					OUTROS EQUIPAMENTOS	
					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
			XX - NORMAL 01 - RISCADO/RASPADO 02 - FALTANTE 03 - TRINCADO 04 - AMASSADO 05 - QUEBRADO 06 - CARECA 07 - FURADO 08 - RASGADO 10 - OBSERVAÇÕES 33 - INEXISTENTE		ANTENA BATERIA CALOTA LATARIA FAROL FRISO BORRACHÃO BANCO TANQUE LANTERNA LIMPADOR DE PARABRISA MAÇANETA PARACHOQUE PLACA POLAINA QUEBRA VENTO RETROVISOR RODA PNEU	
LOCALIZAÇÃO C - CENTRAL D - DIREITO E - ESQUERDO F - FRENTE I - INFERIOR L - LATERAL S - SUPERIOR T - TRASEIRO					AEROFÓLIO ANTENA PIGELULAR BAGAGEIRO CAPOTA COBERTURA ENGATE TRASEIRO ESTEPE EXTERNO FAROL NEBLINA GUINCHO TETO SOLAR TRANSP. DE BICICLETA EQUIPAMENTO SONORO RODA LIGA ESPORTIVA	
					CHAVE IGNIÇÃO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO ESTEPE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO MOTOR <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
OBSERVAÇÕES:						
VEÍCULO ENCONTRADO ABERTO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO (EQUIPAMENTO OBRIGATÓRIO (CHAVE DE RODA, EXTINTOR, TRIÂNGULO, MACACO.))						
VEÍCULO FOI ABERTO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO						
Nome Completo do POLÍCIAL Responsável pela Vistoria:			Assinatura e Nº R.G.:			
Nome Completo do MOTORISTA responsável pela Vistoria:			Assinatura e Nº R.G.:			

ANEXO I.3

MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

A Contratada _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, com sede em _____, doravante designada Signatário, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessada em função da execução do objeto do contrato __/____.

2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.

4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o Contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.

ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL

Contrato 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	180358-ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL	SAMARA APARECIDA DE SOUZA	06/05/2026 15:11 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	28/2026	058.00125567/2024-71

1. Cláusula primeira - do objeto

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

5ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP

(Processo Administrativo nº058.00012128/2025-81)

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 2/2025, CELEBRADO ENTRE O(A) **ESTADO DE SÃO PAULO**, POR INTERMÉDIO DO(A) **5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - DECAP** E

O Estado de São Paulo, pela Secretaria de Segurança Pública, e esta por intermédio do(a) **5ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP**, com sede no(a) **Av. Celso Garcia nº 2875 - 2º andar, Belém, CEP 03063-000**, na cidade de **São Paulo**, Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.236.548/0094-95**, neste ato representado(a) pelo(a) Excelentíssimo **Dr. José Aparecido Sanches Severo**, nomeado(a) pelo(a) **Portaria DGP nº 991/P**, de **5** de março de 2025, publicado(a) no **DOE** de **5 de março de 2025**, portador(a) do CPF sob o nº **756.657.518-04**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00125567/2024-71 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXX/25**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços **de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, com disponibilização e administração dos pátios**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL (MÍNIMA)	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL (30 MESES)
1	Depósito e guarda de veículos apreendidos em virtude de atos de polícia judiciária, com disponibilização e administração dos pátios 24 horas por dia, 07 dias na semana, inclusive feriados	17167	M²	20.684,40	R\$ 69.145,04	R\$ 2.074.351,10

1.2.1. Será necessária uma área fechada, coberta e edificada em alvenaria, dotada de sistema de trancamento seguro, destinada ao armazenamento de motores, caixas de câmbio e demais peças eventualmente apreendidas, com vinculação individualizada por registro.

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses**, contados do(a) **emissão da Ordem de Serviço**, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. Cláusula quarta - subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. Cláusula quinta - preço

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 69.145,04 (**sessenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e quatro centavos**), perfazendo o valor total de R\$ 2.074.351,10 (dois milhões setenta e quatro mil trezentos e cinquenta e um reais e dez centavos).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. Cláusula sexta - pagamento

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. Cláusula sétima - repactuação dos preços contratados

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 25 /06/2025 e 22/01/2026.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice abaixo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

$$R = P_0 \left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} - 1 \right) \right]$$

R = parcela de reajuste;

P₀ = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPC₀ = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **1 (um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, [da](#) Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 [da](#) Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, [da](#) Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

9.5. O Contratado, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui Anexo I do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- 9.5.1. manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;
- 9.5.2. substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;
- 9.5.3. arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;
- 9.5.4. apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados do Contratado que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;
- 9.5.5. identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- 9.5.6. obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- 9.5.7. implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;
- 9.5.8. reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;
- 9.5.9. guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.5.10. manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
- 9.5.11. submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- 9.5.12. fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;
- 9.5.13. prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.
- 9.5.14. manter pessoal em número suficiente de forma a cumprir as obrigações assumidas.
- 9.5.15. elaborar até o 10.º (décimo) dia de cada mês relatório de serviços prestados compostos por planilhas com a relação dos veículos que entraram no pátio, que foram devolvidos/entregues, que foram leiloados e/ou compactados, bem como os veículos/objetos que estão sob guarda da contratada.
- 9.5.16. quando do término do contrato, sob toda e qualquer de suas formas, emitir “TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS DEPOSITADOS” à nova contratada e à Administração, com todas as informações relativas aos veículos custodiados;
- 9.5.17. Comunicar imediatamente ao Fiscal ou Gestor do Contrato qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências necessárias;
- 9.5.18. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados.
- 9.5.19. Manter atualizadas, durante toda a vigência do contrato, as licenças, autorizações e alvarás necessários para a realização dos serviços.

10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.2. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.3. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.4. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a - der causa à inexecução parcial do contrato;
- b - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c - der causa à inexecução total do contrato;
- d - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) - **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) - **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV) - **Multa**: *Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.*

IV.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. os danos que dela provierem para o Contratante;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 [da](#) Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021..

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. Cláusula décima quarta - alterações

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. Cláusula décima quinta - dotação orçamentária

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: Gestão 00001 - UASG 180358

15.1.2. Fonte de Recursos: Fonte Tesouro 150010001

15.1.3. Programa de Trabalho: 06181180149890000

15.1.4. Elemento de Despesa: 33903999

15.1.5. Plano Interno:

15.1.6. Nota de Empenho:

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. Cláusula décima sexta - dos casos omissos

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

17. Cláusula décima sétima - publicação

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. Cláusula décima oitava - foro

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **2 (duas) vias**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, de de 2.026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMARA APARECIDA DE SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 15:11:42.

ANEXO III
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA
(em papel timbrado da licitante)

Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária no Estado de São Paulo, com disponibilização e administração dos pátios.

Área de 20.684,40 m² (vinte mil, seiscentos e oitenta e quatro metros quadrados e quarenta centímetros quadrados).

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL (12 meses)	VALOR TOTAL (30 meses)
Depósito e guarda de veículos apreendidos em virtude de atos de polícia judiciária, com disponibilização e administração dos pátios 24 horas por dia, 07 dias na semana, inclusive feriados	R\$	R\$	R\$

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III.1
Planilha de Composição de Preços
(em papel timbrado da licitante)

Data de referência dos preços: ____/____/____

COMPONENTES DE CUSTO	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
MÃO DE OBRA (funcionários necessários para executar os serviços)			
MATERIAL (escritório, limpeza, higiene, informática, etc.)			
EQUIPAMENTOS (uniformes, mobiliários, EPI's, etc.)			
OUTROS (alarme, monitoramento, etc.)			
BDI (encargos legais, tributos, taxas, lucros, luz, água, telefone, internet, etc.)			
LOCAÇÃO DO PÁTIO (se necessário)			
VALOR MENSAL	R\$		
VALOR ANUAL (12 meses)	R\$		
VALOR TOTAL (30 meses)	R\$		

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV
MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)
MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

c) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

d) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.4 DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V			
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO QUALIDADE DOS SERVIÇOS			
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL - 5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA		AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS POR ATOS DE POLÍCIA	
CONTRATO Nº XX/2025	PROCESSO SEI n.º 058.00125567/2024-71		DATA:
ENDEREÇO DO PÁTIO:			
CONTRATADA:			
RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO:			
GESTOR DE CONTRATO:			
1 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - ÁREA	REALIZADO	NÃO REALIZADO	OBSERVAÇÃO
Sistema de iluminação			
Sistema de iluminação de emergência			
Sistema de vigilância 24 horas por dia			
Capacidade de armazenamento das imagens por 6 (seis) meses			
Piso pavimentado com massa asfáltica, concreto ou cascalho resistentes à movimentação dos veículos, que deverá ser mantido em perfeitas condições			
Espaço suficiente para manobras dos veículos			
Acesso exclusivo que evite o acesso de pessoas não autorizadas			
Área destinada à perícia, com vala para exame da parte inferior de veículo, com capacidade para exame em veículo de grande porte, com iluminação suficiente e devidamente coberta			
Área coberta na entrada com câmera de monitoramento e iluminação adequada, permitindo a perfeita vistoria do veículo na chegada do auto ao pátio			
Identificação visível na entrada informando que presta serviço a 5ª Delegacia Seccional de Polícia			
Áreas organizadas conforme a espécie de veículos (leves, pesados, motos)			
O(s) pátio(s) deverá(ao) semestralmente passar por processo de desinsetização e desratização, o qual deverá ser comprovado pela contratada à contratante			
O(s) pátio(s) deverá(ao) estar permanentemente limpo, com eventual cobertura vegetal sempre aparada, sendo vedado qualquer acúmulo de lixo ou dejetos			
Para os veículos batidos ou abalroados, sob guarda, deverão ser providenciadas a necessária cobertura (“encapamento”) ou depositados em local coberto, com vistas à conservação, bem como evitar se transforme aquele em criadouros de insetos e vetores			
Áreas de atendimento ao público com guichê para atendimento e acessibilidade para PCD			
Área de espera com assentos, bebedouro e banheiros masculino e feminino, exclusivamente para o público, inclusive para PCD			
Área restrita aos funcionários para execução dos serviços administrativos, dotada de banheiros masculino e feminino, inclusive para PCD e mobiliário necessário			
Área destinada à guarda de insumos			
O pátio deve ser mantido em ótimas condições de higiene, limpeza e ordem			

As edificações e instalações deverão estar permanentemente limpas, notadamente a área de atendimento ao público e os banheiros			
--	--	--	--

2 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS	REALIZADO	NÃO REALIZADO	OBSERVAÇÃO
Pessoal em número necessário à realidade do pátio, para execução do contrato e das atividades de recebimento, vistoria, execução de rotinas administrativas, atendimento ao público e para liberação de veículos			
Os funcionários deverão utilizar uniformes que os identifique, conforme padrão visual da CONTRATADA			
As chaves dos veículos deverão ser acondicionadas em claviculário, de forma a facilitar sua localização quando da devolução			
1 (uma) linha telefônica fixa exclusiva para comunicação com autoridades policiais e fiscais do contrato			
2 (dois) aparelhos fotográficos digitais com resolução mínima de 12 megapixels, datador e conexão USB, para registro fotográfico nas vistorias			
2 (dois) microcomputadores atualizados, com sistema operacional compatível com os aplicativos de gestão, email, armazenamento e edição de documentos			
2 (duas) impressoras multifuncionais com capacidade de digitalização e envio de documentos eletrônicos			
1 (um) compressor de ar para enchimento de pneus			
1 (uma) bateria automotiva selada para auxílio em partidas			
1 (um) carregador de bateria automotiva, para baterias de 12 e 24 volts de até 100ah			

TOTAL	REALIZADO	NÃO REALIZADO

OBS.: O resultado é a somatória dos totais dos grupos 1 e 2 para “realizado” e “não realizado”. Sendo atribuído 1 ponto para Empresa estará sujeita as penalidades descritas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis

PENALIDADES:

De 0 a 15 pontos = 40% de desconto

De 16 a 20 pontos = 15% de desconto

De 21 a 25 pontos = 5% de desconto

De 26 a 30 pontos = sem aplicação de desconto

FORMULÁRIO DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS												
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL - 5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA					AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS POR ATOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NA CAPITAL NO ÂMBITO DA 5ª DELEGACIA SECCIONAL							
CONTRATO Nº XX/2025			PROCESSO SEI n.º 058.00125567/2024-71						Data:			
Unidade: 5ª Delegacia Seccional de Polícia do DECAP												
CONTRATADA:												
RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO:												
GESTOR DE CONTRATO:												
GRUPO	MESES											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Grupo 1 Realiz. (+)												
Grupo 1 Não Realiz. (-)												
Grupo 2 Realiz. (+)												
Grupo 2 Não Realiz. (-)												
TOTAL MENSAL APURADO												
RESULTADO FINAL:												
A prestação dos serviços de depósito e guarda deverá ser fiscalizada, e, a liberação da fatura pela Seção de Finanças estará condicionada a fiel observância dos parâmetros, exemplificativos, consignados neste normativo, que deverá ser analisado pelo gestor e fiscais dos contratos, caso a caso, antes de liberar para pagamento. Os conceitos Realizado e Não Realizado devem ser observados com os Princípios da Eficiência, da Razoabilidade e da Proporcionalidade.												



VALORES REFERENCIAIS - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Depósito e guarda de veículos apreendidos em virtude de atos de polícia judiciária

Delegacia Seccional	Metragem	Ano de Referência	Valor mensal	Valor anual (12 meses)	Valor total do contrato (30 meses)
Delegacia Seccional de Polícia de Taubaté	14.000 m ²	2025	R\$ 96.092,82	R\$ 1.153.113,84	R\$ 2.882.784,60
Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí	13.706 m ²	2025	R\$ 61.342,29	R\$ 736.107,48	R\$ 1.840.268,70
7ª Delegacia Seccional de Polícia	33.319 m ²	2026	R\$ 50.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 1.500.000,00
MÉDIA MENSAL		R\$	69.145,04		
VALOR MENSAL/M²		R\$	3,34		
VALOR ANUAL (12 MESES)		R\$	829.740,44		
VALOR TOTAL DO CONTRATO (30 MESES)		R\$	2.074.351,10		

São Paulo, 6 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente



CARLA ELYDIANNE DE UNGARO SILVA

Data: 06/05/2026 14:34:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elaborado por:

Carla E. Ungaro Silva
Investigadora de Polícia